CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Ata da 986ª

Sessão de 28/11/2017

986ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às dez horas e trinta minutos, reúne-se o Conselho Universitário, na Sala do Conselho Universitário, no Prédio da Reitoria, na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago e com o comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Adalberto Américo Fischmann, Maisa de Souza Ribeiro, Alexandre Nolasco de Carvalho, Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Ana Lúcia Duarte Lanna, Ana Maria Loffredo, André Vitor Singer, Angélica Borges de Sousa, Anna Luiza Guedes Teixeira, Antonio Carlos dos Santos, Antonio Carlos Hernandes, Antonio Carlos Marques, Augusto José Pereira Filho, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno, Belmiro Mendes de Castro Filho, Brasilina Passarelli, Bruno Sperb Rocha, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Cibele Saliba Rizek, Clodoaldo Grotta Ragazzo, Cristiano Buoniconti Camargo, Cristiano Roque Antunes Barreira, Dante Pinheiro Martinelli, Diego Antonio Falceta Gonçalves, Diogo da Silva Dias, Eduardo Henrique Soares Monteiro, Elisabete de Santis Braga da Graça Saraiva, Elisabete Maria Macedo Viegas, Fábio Frezatti, Fernando Dias Menezes de Almeida, Fernando José Benesi, Rosangela Itri, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, Gabriela Soares Schmidt, Germano Tremiliosi Filho, Gilberto Fernando Xavier, Giulio Gavini, Guilherme Akira Nishio, Hugo Ricardo Zschommler Sandim, Matheus Machado Gomes, Igor Galvão de França, Jairo Kenupp Bastos, João Cyro André, José Eduardo Krieger, José Otávio Costa Auler Júnior, José Renato de Campos Araújo, José Roberto Castilho Piqueira, José Roberto Pereira Lauris, José Rogério Cruz e Tucci, Júlio Cerca Serrão, Léa Assed Bezerra da Silva, Lígia Toneto, Lucieli Dias Pedreschi Chaves, Luis Carlos de Souza Ferreira, Luiz Gustavo Nussio, Luiz Henrique Catalani, Marcelo de Andrade Romero, Marcos Domingos Siqueira Tavares, Marcos Egydio da Silva, Marcos Nascimento Magalhães, Marcos Nogueira Martins, Margaret de Castro, Maria Amélia de Campos Oliveira, Maria Angela Faggin Pereira Leite, Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Maria Cristina Ferreira de Oliveira, Maria Tereza Nunes, Maria Vitoria Lopes Badra Bentley, Mariana de Paula de Oliveira Ribeiro, Marilene Proença Rebello de Souza, Fernando Ferreira Costa, Marisa Helena Gennari de Medeiros, Miguel Antônio Buzzar, Miguel Parente

Dias, Monica Herman Salem Caggiano, Oswaldo Baffa Filho, Oswaldo Yoshimi Tanaka, Paula Faria Masulk, Paulo Inácio de Knegt López de Prado, Paulo Nelson Filho, Paulo Sergio Varoto, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Pedro Leite da Silva Dias, Pietro Ciancaglini, Primavera Borelli Garcia, Pubenza Lopez Castellanos, Raul Franzolin Neto, Renato de Figueiredo Jardim, Rodney Garcia Rocha, Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, Silvana Martins Mishima, Simone Rocha de Vasconcellos Hage, Tito José Bonagamba, Uriel Engel Piffer, Vahan Agopyan, Valmor Alberto Augusto Tricoli, Victor Wünsch Filho, Vinício de Macedo Santos e Vivian Cristina Davies Sobral Nascimento. Presente, também, o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Adriana Maria Procopio de Araujo, Fernando Silveira Navarra, Hugo Tourinho Filho, José Antonio Visintin, Marilza Vieira Cunha Rudge e Rubens Beçak. Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Alexandre Venturini Lima, Antenor Cerello Júnior, Antonio Carlos Teixeira Álvares, Artur de Jesus Motheo, Bárbara Helena Almeida Carmo, Cleber Renato Mendonça, Fábio de Salles Meirelles, Fernando José Gomes Landgraf, Fernando Martini Catalano, Fernando Salvador Moreno, Gabriele Souza Valadão, Janina Onuki, Joel Barbujiani Sígolo, John Campbell McNamara, José Djair Vendramim, Manuela Silva Silveira, Maria Cristina Motta de Toledo, Maria Madalena Januário Leite e Rodrigo Campos Cardoso. Havendo número legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor declara aberta a Sessão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. **M. Reitor:** "Senhoras conselheiras, senhores conselheiros e convidados, muito bom dia. Está aberta a nongentésima octogésima sexta sessão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. É uma sessão extraordinária para votar os destaques da proposta de Diretrizes Orçamentárias da Universidade de São Paulo, portanto não haverá expediente." Ato contínuo, o **M. Reitor** inicia uma apresentação sobre o Hospital Universitário. **M. Reitor: (apresentação)** "Estive avaliando a sessão anterior e percebi que houve um tempo desproporcionalmente grande dedicado a questões que, do ponto de vista da vida da Universidade de São Paulo, não possuem esta expressão e esse tamanho. Entendi que grande parte das manifestações, algumas são preocupações legítimas, como ouvi nas vozes dos estudantes, que se

preocupam com a vida e o futuro da Universidade, mas em grande parte derivadas de desinformação. Não há nada melhor para se contrapor à desinformação do que a informação. Por isso, sem consultar ninguém, sob responsabilidade pessoal minha, simplesmente colhendo as informações disponíveis e já postas à disposição de todos esses membros que estão aqui, recolhi informações a respeito da vida financeira do Hospital Universitário. Isto está resumido nesse documento que distribui, sendo que alguns aspectos serão repassados nesse momento, antes de tomarmos a discussão dos destaques. Esse documento demonstra que no último ano – aquele que nós já temos o orçamento fechado – o Hospital Universitário teve um orçamento de R$ 307 milhões. Esses R$ 307 milhões vieram quase que exclusivamente dos cofres da Universidade de São Paulo, por meio dos repasses do Tesouro oriundos dos ICMS. Isto é, a Universidade de São Paulo bancou o funcionamento desse hospital com quase 92% do seu total, apenas 8% veio do SUS, o que é um absurdo se comparada à maioria dos hospitais públicos do país - apenas 8% do SUS! Mais interessante é o fato de que esse valor corresponde à 5,2% do orçamento previsto da USP. Se considerarmos que gastamos recursos dos nossos fundos, de fato a quantidade gasta foi maior em termos percentuais. Esse valor é o dobro do somatório do orçamento de todos os nossos institutos especializados - CEBIMar, CENA, IEE, IEA, IEB e IMT. Soma-se tudo isso, multiplica-se por dois e o Hospital Universitário gasta mais do que isso. Esse valor é maior do que aquilo que gastamos com as nossas duas maiores Unidades, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, que tem quase 10 mil estudantes de graduação, sem contar a pós-graduação e a Escola Politécnica, que tem cerca de 5 mil estudantes de graduação. Sem contar que as duas grandes unidades hospitalares ligadas à Universidade de São Paulo não consomem nada de recurso da Universidade propriamente dito. Assim, passemos à comparação das fontes de recurso que mantêm esse Hospital e que estão no verso da primeira página. Ali temos uma comparação que julgo ser extremamente pertinente e necessária. Comparamos os gastos desse Hospital – que como todos sabem deve ser um hospital secundário e de baixa complexidade, não devendo fazer procedimentos complexos – com o complexo hospitalar do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que é um hospital com 900 leitos, que faz atendimento terciário

e medicina de alta complexidade como, por exemplo, transplante de medula óssea, transplante de fígado, transplante de rim, quimioterapia – complicada para as doenças oncológicas – e assim por diante. É um Hospital da rede pública e uma autarquia associada à Universidade de São Paulo. Comparemos também com um conjunto de três hospitais menores de Ribeirão Preto, ligados à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto nos quais há trabalho de estudantes, no qual eles fazem seus estágios, fazem atendimento e treinamento para medicina de menor complexidade; e esses três hospitais públicos são administrados também pela Faculdade de Medicina, estão com o nome na planilha de Hospitais Estaduais, somando os três eles têm 194 leitos. Finalmente, o HU, com os seus 187 leitos ativos nesse momento. A seguir, é possível ver a discriminação dos gastos. Em primeiro lugar, o orçamento de 2016 do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, que é um hospital terciário e complexo, divido pelo número de leitos dá um total de R$ 730 mil por leito e por ano – esse valor é o que custa um leito no Hospital das Clínicas, que é altamente completo. Os três hospitais que são mais ou menos do nível do Hospital Universitário gastam, por leito e por ano, cerca de R$ 550 mil, valor menor que um hospital de alta complexidade. O HU gasta R$ 1,600 milhão por leito, ou seja, três vezes mais que um hospital de tamanho e complexidade equivalente; hospitais estes que realizam ensino e pesquisa. Observando-se a discriminação dos gastos será possível ver que destes gastos a maior parte sempre, como está escrito na página inicial, é com pessoal, no caso do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, os recursos vêm do Tesouro do Estado e do SUS, cerca de 25% dos recursos vem do SUS, diferentemente do HU, no qual apenas 8% dos recursos vem do SUS. Finalmente, R$ 34 milhões de convênios e da USP um custo igual a zero. Esse é o gasto que temos com os nossos hospitais de Ribeirão Preto, que tem um curso de medicina altamente qualificado e de excelente qualidade. Não faltam unidades básicas de saúde, hospitais secundários para os treinamentos e estágios de nossos estudantes. Mostrando uma verdade irrefutável, que é perfeitamente possível fazer um curso de medicina de alta qualidade, competitivo, entre os melhores do Brasil, sem termos que gastar R$ 300 milhões por ano com a manutenção de um hospital. Depois, temos os hospitais estaduais cujos recursos vêm, em sua totalidade, do Estado de São Paulo e não gastamos nada, ao passo que no

Hospital Universitário colocamos R$ 282 milhões do nosso orçamento. Como disse, a maior parte desse orçamento é gasto com pessoal e é possível verificar a lista de todo o pessoal – sendo que ao final, precisamos resumir, pois eram 1, 2 ou 3 por função – contando as principais funções de um hospital. O interessante é saber se esse pessoal altamente especializado está subdimensionado para um hospital como o HU. Será que está faltando médicos e enfermeiras? Será que não haveria um modo de atender mais? Comparemos com o que acontece em um hospital altamente especializado, que precisa de mais médicos por leitos, sabidamente, pois possui CTI, tem unidade coronariana, atividades que exigem a presença permanente de médicos durante todo o tempo, não bastando passar e fazer a prescrição. Temos assim a surpresa de descobrir que o Hospital Universitário possui um total de 4,5 pessoal especializado por leito. Não estou contando a equipe de cozinheiros, entre outros, estou contando apenas o pessoal especializado que, por leito, dá um total de 4,5. Já o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto tem 3,2. Quando vamos aos médicos a surpresa é maior, pois tem quase o dobro de médico por leitos no HU do que no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. Finalmente, no que diz respeito aos enfermeiros, há pelo menos 50% a mais no HU do que no Hospital das Clínicas. A última tabela mostra o quadro geral de todas as nossas Unidades, do quanto que recebem do orçamento da USP e o quanto o HU consome. Desta forma, a questão fundamental, sempre dita, é que este hospital está sendo destruído, está se acabando, precisa de médicos, precisa de enfermeiros e precisa de tudo. Digo que isso não tem fundamento, mas mais do que isso, que a questão não é se este hospital é útil ou não. Todo hospital é útil, pois serve à população, alguns fazem coisas adicionais e servem ao campo da pesquisa e do ensino, todos dos quais falei aqui fazem isso e servem para o treinamento de nossos profissionais, mas a questão central é quem paga a conta. Quem paga a conta do HU é inteiramente a USP e quem paga a conta de todos os outros complexos hospitalares ligados à Universidade de São Paulo não é a USP. A USP não gasta seus recursos, que são finitos e precisam ser priorizados, com estas outras Unidades. Espero que esses dados, independentemente da minha interpretação, que possui um conteúdo emotivo, pois eu trabalho em Hospital e trabalhei por muitos anos - fui diretor clínico de hospital, conheço a situação e não posso deixar de me indignar diante disso -,

então descontem a minha indignação e olhem para os dados, que são objetivos, são números colhidos diretamente das fontes e façam vossas análises." A seguir, o M. Reitor passa à Ordem do Dia. **Item 1 - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DA USP PARA 2018 PROCESSO 2017.1.20377.1.9 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Proposta das Diretrizes Orçamentárias da USP para 2018, aprovadas pelo Co em 21.11.2017, sem prejuízo dos destaques apresentados pelos Conselheiros. **Parecer da COP**: analisa os destaques levantados pelos Conselheiros, conforme tabela anexa. **M. Reitor:** "Nossa ordem do dia é a proposta das Diretrizes Orçamentárias para 2018, aprovadas pelo Conselho Universitário com parecer da COP tratando dos destaques. Está conosco o Professor Adalberto Américo Fischmann, Presidente da COP que analisou esses destaques e o Professor Dante Pinheiro Martinelli, que é o Vice-presidente da Comissão e presidiu a reunião na qual os destaques foram avaliados pela COP. Tomando as Diretrizes, passemos diretamente para o item 1, o primeiro destaque, que se refere às diretrizes gerais e pede a supressão daquilo que está na página 11, hoje o texto da diretriz n° 1 é o seguinte: 'manter suspensas as reposições de servidores técnicos e administrativos', houve uma proposta que foi sendo repetida por vários conselheiros, como o Cristiano Camargo, Bruno Sperb, Marcelo Urbano, Marcos Magalhães, Elisabete de Santis e Mariana de Paula, os quais pediam a supressão ou revisão desse item. Pergunto aos Professores Adalberto e Dante qual é o parecer da COP." **Cons. Adalberto Américo Fischmann:** "Antes de responder a pergunta que o Professor Zago nos fez, gostaria de frisar mais uma vez algo que já estava destacado na reunião de semana passada. Percebemos que houve uma preocupação bastante grande por parte de diversos Conselheiros de analisar como se esta peça fosse o orçamento. Nós não estamos lidando com o orçamento, estamos trabalhando com as diretrizes orçamentárias para o ano que vem. Creio que isso precisa ficar claro, pois do contrário, estaremos fazendo confusão. Passando à pergunta, quanto à proposta de supressão ou revisão do item 1, que teve a manifestação de diversos conselheiros proponentes, a manifestação da COP é favorável à manutenção do texto original, dado que a COP entende que é inviável sua supressão tendo em vista os parâmetros de sustentabilidade financeira. Não entendemos como possível qualquer mudança, nesse

momento, no qual fazemos as Diretrizes Orçamentárias para contemplar essas propostas que foram colocadas. A COP analisou todas essas propostas com bastante cuidado e atenção e foi de posição favorável à manutenção do texto como ele está." A seguir, o **M. Reitor** pergunta se há algum pedido de esclarecimento e o Conselheiro André Vitor Singer solicita a palavra. **Cons. André Vitor Singer:** "O meu esclarecimento diz respeito à mecânica de votação, pois consideramos que é importante que tenhamos duas votações em separado, dada a natureza das questões. De fato há uma proposta, repetida por vários conselheiros como o senhor disse, no sentido da supressão do item 1 das Diretrizes Gerais que regulamenta que se mantenham suspensas as reposições de servidores técnicos e administrativos. De modo geral, a orientação que preside essa proposta de supressão é entender que essa diretriz engessa o orçamento." Ato contínuo, o **M. Reitor** afirma que a presidência dispensa comentários e análises, devendo tratar-se apenas de esclarecimentos e o Conselheiro Cons. André Vitor Singer afirma ser necessário deixar claro o ponto em questão. **Cons. André Vitor Singer:** "Este pedido de supressão tem a orientação no sentido de não engessar o orçamento, mas há uma segunda proposta, que deve ser votada em separado, que diz que se for mantida essa diretriz geral, se o Conselho Universitário considerar que esse item deve ser mantido e não suprimido, deveria ser votado a emenda segundo a qual, além de manter suspensas as reposições de servidores técnicos e administrativos, se acrescentaria: 'à exceção da possibilidade, a ser estudada pela COP e pela CLR, de preenchimento de cargos vagos no Hospital Universitário'. Minha pergunta é se poderemos fazer a votação em dois itens, votando primeiro a proposta de supressão e, se a mesma não for aprovada, a segunda proposta de destaque em caso de ser mantido o item 1 das Diretrizes Gerais." A seguir, o **M. Reitor** pergunta se há outro pedido de esclarecimento e a Conselheira Lígia Toneto solicita a palavra. **Cons.ª Lígia Toneto:** "Gostaria de, no sentido do que o Professor André disse, afirmar que isto não me parece fazer sentido." Ato contínuo, o **M. Reitor** desculpa-se pela interrupção e reforça que não é momento de arguição, mas apenas de esclarecimento de dúvidas, pedindo que a conselheira apresente seu questionamento. **Cons.ª Lígia Toneto:** "Minha dúvida é: por que no parecer da COP foram suprimidas as propostas de revisão que não estão

presente nesse item, ao contrário dos outros itens que estão diferenciados, o que está sendo proposto? Creio que as propostas são diferentes e gostaria de entender o motivo de terem sido colocadas juntas, de modo a não haver um espaço para que façamos uma discussão, uma vez que não é bom que votemos isso em bloco sem ter especificado e sem termos feito uma discussão sobre propostas que foram simplesmente suprimidas da avaliação do parecer da COP – que me parecem ser diferentes. Creio que os interesses não são os mesmos por trás da simples supressão da diretriz e de sua revisão. São propostas diferentes de revisão e interesses diferentes por trás da supressão. Peço que se abra a discussão para esses itens e, fazendo coro à proposta do Professor André, que se votasse em separado." **Cons. Marcos Nascimento Magalhães:** "Imagino que os Conselheiros também possam ter seus esclarecimentos a fazer, afinal o Reitor fez seus cinco ou dez minutos de esclarecimentos indicando condições. Esclarecimento número 1: quais foram o conjunto de propostas referentes ao item 1? – pois eles não apareceram na minuta. Esclarecimento número 2: vamos proceder como procedemos no passado para discutir as questões das diretrizes, sendo aberto um espaço de debates no qual as pessoas irão se colocar e as propostas serão formuladas votando-se o parecer da COP? Será assim?" **Cons.ª: Paula Faria Masulk:** "Como se pode ver na tabela, não houve um parecer da COP a respeito de uma proposta que foi falada aqui claramente na semana passada que é: 'manter suspensas as reposições de servidores técnicos e administrativos à exceção da possibilidade, a ser estudada pela COP e CLR, de preenchimento dos cargos vagos no HU'. Essa proposta foi lida aqui e não foi incluída na tabela, assim como as demais. Se olharmos na tabela ponto a ponto, veremos que as propostas estão entre aspas e descritas completamente. Essa proposta que foi feita por estudantes e professores não foi colocada e não foi analisada pela COP. Creio que isso fere a discussão feita e o procedimento do Co, a partir do momento que se ignorou essa proposta, feita por conselheiros eleitos e a mesma não foi analisada pela COP. Desse modo, peço que se abra a discussão para que os Conselheiros possam debater sobre ela. É uma proposta muito básica." Ato contínuo, o **M. Reitor** afirma que é dispensada a argumentação em defesa de qualquer proposta e que a dúvida formulada será esclarecida. **M. Reitor:** "Quanto ao procedimento, em primeiro lugar quero

esclarecer, com relação às diferentes propostas, que elas são coincidentes em suas expectativas e seu efeito final. O que temos aqui é um parecer amplo e definitivo sobre todas as variantes, tenham elas vírgulas ou não, ponto final ou não, aspas ou não, uma vez que ela é inviável diante dos parâmetros de sustentabilidade possíveis. Ela abrange todas as variantes que foram apresentadas e acrescenta que esta que mereceu um destaque especial, possui um erro fundamental, pois manda preencher os cargos vagos no HU e, como demonstrei a todos, no HU continua havendo excesso de servidores por leito, portando a interpretação se há ou não cargos vagos é individual e cada um deverá entender de uma forma. Aqueles que entenderem que há cargos vagos e que precisam ser repostos votarão contra o parecer da COP. A COP diz: 'não podemos, uma vez que isso viola aquilo que nós mesmos aprovamos, que são os parâmetros de sustentabilidade financeira'. Aqueles que acharem diferente, votarão contrários à proposta. O debate foi feito à exaustão na última reunião e não será repetido aqui. Ouvirei a manifestação da COP sobre esse tópico e convidarei um dos autores para, no prazo regulamentar de cinco minutos, fazer a defesa do conteúdo, para que possamos passar à votação." Ato contínuo, o Conselheiro Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto solicita a palavra devido a questão de ordem. **Cons. Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto:** "Há uma dúvida com relação à votação. Caso o parecer da COP seja rejeitado na primeira votação haverá uma segunda votação para saber qual dos dois destaques será votado? Pois uma vez que o parecer da COP englobou as duas, pode ser que uma parte do plenário vote contra, por preferir a segunda opção alternativa e outra parte a primeira, então terá de ser aberto." Ato contínuo o **M. Reitor** confirma o entendimento do Conselheiro e passa a palavra ao Vice-presidente da COP. **Cons. Dante Pinheiro Martinelli:** "Esclarecendo alguns pontos que foram colocados aqui e considerando a manifestação da Conselheira Ligia e da Conselheira Paula de que alguns destaques não estão incluídos, afirmo que eles estão incluídos sim. Todos os destaques pedidos estão incluídos e alguns dos itens que foram manifestados pelos conselheiros se referem a uma proposta que foi feita pelo Conselheiro Bruno Rocha, que está nos destaques e será votada posteriormente. Há a proposta de inclusão de um item estabelecendo abertura imediata de contratação de servidores técnicos e administrativos e docentes para atender

as demandas verificadas em todos os órgãos e Unidades para repor, no mínimo, o quadro de início de 2014. Esta proposta foi contemplada, foi analisada pela COP e tem parecer da COP para ser votado. Há uma outra proposta do Conselheiro Bruno que pede a imediata abertura de contratações para reposição de servidores técnicos e administrativos e docentes, particularmente em relação aos hospitais e centros de saúde. Esta proposta também está contemplada como destaque e também há parecer da COP para ser votado. Todos os pedidos de destaques que foram feitos, foram contemplados. A única coisa é que foi agrupado no item 1 os pedidos, que foram de vários conselheiros, para a supressão do item. Isso foi agrupado, uma vez que todos esses Conselheiros propunham a supressão desse item, isto foi incluído e há o parecer da COP que está sendo submetido para votação agora." A seguir o Senhor Secretário Geral esclarece que na última reunião do Conselho foram apresentados uma série de destaques e, na ocasião, o Conselheiro Dante Pinheiro Martinelli fez a sistematização dos mesmos, não obstante, a Secretaria Geral fez a transcrição do áudio do debate para conferir se todos os destaques foram contemplados. Ao final, a COP analisou todas as propostas e, no material distribuído na reunião, há a apresentação do quadro síntese. Ato contínuo, os Conselheiros André Vitor Singer, Paulo Inácio de Knegt López de Prado e Bruno Sperb Rocha solicitam a palavra tratando-se de questão de ordem. **Cons. André Vitor Singer:** "A questão de ordem é a seguinte: Professor Dante, se eu entendi bem, de fato há uma discriminação das propostas, mas não no item 1; a questão de ordem fundamental é que há duas propostas bem diferentes em relação ao item 1, que estão sendo unificadas artificialmente. Afinal, uma proposta é suprimir a primeira diretriz geral, a segunda é manter a primeira diretriz geral, mas adendar no caso: 'à exceção da possibilidade a ser estudada pela COP e pela CLR de preenchimento de cargos vagos no Hospital Universitário'. No entanto, com todo o respeito, tenho a impressão de que é um direito do Conselho Universitário e um direito dos Conselheiros terem os seus destaques votados individualmente, e não o parece da COP – pela qual tenho o maior respeito pelo trabalho feito em nome de nossa Universidade. Tenho a impressão que este Conselho tem o direito de votar cada proposta de destaque individualmente, são propostas completamente diferentes." **Cons. Paulo Inácio**

de Knegt López de Prado: "A fala do Professor André já contempla minha dúvida em extensão, mas gostaria de acrescentar que o que está em debate é que a supressão da diretriz 1 é uma proposta que tem um conteúdo totalmente diferente e pode atender a anseios muito diferentes de abrir uma exceção à uma ou mais Unidades. Como houve uma proposta dos estudantes de fazer uma modificação da diretriz para abrir esta exceção, entendo que dará mais tranquilidade ao Conselho votar essas questões em separado. Francamente, creio que estamos gastando mais tempo discutindo como encaminhar do que se essas propostas já estivessem em votação uma após a outra." **Cons. Bruno Sperb Rocha:** "Quero apresentar três questões de ordem. A primeira é que se encaminhe a votação sobre supressão e revisão separadamente, dado os argumentos que já foram expostos, uma vez que o entendimento da COP pode ser distinto do Co." Ato contínuo, o **M. Reitor** pede que o Conselheiro não apresente argumentos, mas apenas a questão de ordem. **Cons. Bruno Sperb Rocha:** "Minha primeira questão de ordem é que se encaminhe separadamente. A segunda questão de ordem é que se abra o debate. O Reitor não pode dizer que o debate foi feito à exaustão na reunião passada e abrir a reunião com uma fala de dez minutos sobre o exato tema que foi discutido na sessão passada e pensar que, com isso, não cria a necessidade de que outros indivíduos possam intervir no debate. Minha terceira questão de ordem que, francamente, reforça-se com reação do Reitor à minha fala é que o Reitor, presidente desse Conselho, por favor, pare de tentar evitar que membros desse Conselho pronunciem suas posições, ou as posições das categorias ou Unidades que representam aqui, aumentando e engrossando o seu tom de voz. Porque falar de debate democrático e dizer que esse Conselho, tão antidemocrático quanto é, seria o espaço da democracia, quando até para os pouquíssimos que estão aqui dentro a reação do Reitor envolve engrossar o tom e gritar – da forma como eu estou me vendo obrigado a fazer agora – para evitar que se expressem as posições que muito pouco, mas muito pouco, o regime universitário permite que se expressem aqui é totalmente absurdo." Ato contínuo, o Conselheiro Marcos Nascimento Magalhães solicita a palavra em virtude de questão de ordem. **Cons. Marcos Nascimento Magalhães:** "Minha questão de ordem se refere ao andamento dos trabalhos, porque na prática anterior que tivemos, quando apresentamos

os destaques, fizemos uma breve justificativa, foi ouvida a justificativa de um e depois do outro. Nesse momento os conselheiros receberam um conjunto de propostas, eventualmente irão se lembrar das justificativas feitas, mas a COP que, teve o panorama, fez seu julgamento. Sob esse ponto de vista, creio que a votação sumária que o Reitor está tentando colocar como ordem de trabalho é inadequada e deveríamos ter um espaço – acho que é muito razoável que seja limitado, uma vez que temos de dar conta da pauta – mas me parece inadequada uma intervenção sumária, na qual os dez que fazem uma certa proposta precisam se acotovelar para saber quem irá conseguir defender o que – eventualmente há nuances diferentes nas propostas. Meu apelo com relação à ordem é que façamos um mínimo debate sobre cada questão. Não tenho problema em perder, mas que se tenha cuidado com essa postura de trator sobre o Conselho Universitário, considero isso inadmissível." **Cons.ª Paula Faria Masulk:** "Dado que nossos esforços de tentarmos encaminhar a discussão e votação da maneira mais democrática possível não estão sendo aceitos, quero entender como será feita a votação. Votaremos primeiro a supressão do item e quem é a favor ou contra a supressão do item ficará sem entender o que está votando? Depois disso, se for aceito, será votada a revisão, se sim, qual revisão? Em virtude disso a proposta de separar a revisão e a supressão. Primeiro supressão, depois revisão e a seguir as propostas de revisão, que deverão ser lidas uma vez que elas não estão no documento escrito e não há como saber quais são essas propostas. É isso que está sendo dito aqui, mas acontece que os Conselheiros não estão tendo as informações para saber no que estão votando, isso é extremamente prejudicial para o processo democrático desse órgão que é colegiado. Peço que a votação seja feita em separado." **Cons.ª Ana Maria Loffredo:** "Quero reforçar as posições que já foram claramente delimitadas aqui antes e, como Conselheira, pessoalmente, sinto-me bastante ofendida com o jeito que são conduzidos os trabalhos aqui. Quero engrossar o que o Cons. Marcos falou, não é uma questão de concordar ou não, precisamos ter todos os dados, não considero que foi feita uma discussão exaustiva no último Conselho, pelo contrário, o que se observa é que já vem a decisão da COP ou da CLR, o espaço de discussão é muito limitado, considero um absurdo que nós nos disponhamos a vir ao Conselho Universitário, falamos que somos Conselheiros, temos uma

responsabilidade enorme perante a Universidade e perante a sociedade e não temos espaço aqui de discussão, pois a coordenação da Mesa resolve que quando algo vai em sentido contrário ao que já está definido, não se pode discutir. O que é isso gente? Dá vontade de ir embora. Mas não irei, continuarei aqui, pois creio que é uma questão de ordem, estamos no momento no qual haverá uma mudança de gestão e espero que a próxima gestão defina um perfil identitário próprio, que não se coadune, necessariamente, a esta gestão da qual ela é derivada, por favor." **Cons.ª Anna Luiza Guedes Teixeira:** "Minha questão de ordem envolve primeiro fazer coro a todos os apontamentos dos colegas aqui, em seguida entender o motivo de a carta dos estudantes da Faculdade de Medicina não ter sido entregue. Creio que é importante, assim como a COP pode mostrar a todos os Conselheiros suas considerações, creio ser de fundamental importância, para o debate ser o mais democrático possível, que os argumentos e considerações dos estudantes de Medicina, que estão sendo completamente atacados com essas decisões que são feitas aqui, poderem demonstrar as suas considerações, que talvez não sejam tão objetivas, mas de caráter subjetivo, que são importantes para que possamos concluir o debate." A seguir, o Senhor Secretário Geral esclarece que e a carta dos estudantes de Medicina já estava sendo distribuída. **Cons. Marcos Nogueira Martins:** "Desejo um esclarecimento. Sou membro suplente da COP e participei da reunião na qual esses pontos foram discutidos e quero deixar claro que apesar de termos agrupado as propostas, a ideia não foi colocá-las numas vala comum, de modo que não houvesse discussão, temos consciência que elas possuem nuances e detalhes diferentes, no entanto tem algo em comum e esse ponto em comum é fundamental, do ponto de vista orçamentário. Eles aumentam o número de servidores técnicos e administrativos, o que precisa ser evitado. Agrupamos todas essas propostas, pois elas têm esse ponto em comum - se vamos ou não aumentar o número de funcionários." A seguir o **M. Reitor** esclarece que foram feitas todas as questões de ordem e que será encaminhada a votação. **M. Reitor:** "Percebo que há uma queixa que, como o Professor Marcos esclareceu, o parecer da COP mantêm a lógica de que enquadra todas as propostas que aumentam servidores no mesmo parecer e é contrário por esse motivo. No entanto, entendo que há um pleito para que se considerem pelo menos as duas

variantes separadamente, e não há nenhum motivo para não fazermos isso, pois não nos interessa violar a posição de cada um que irá votar. Portanto, votaremos separadamente a emenda supressiva e a emenda que propõe o seguinte: 'manter suspensas as reposições de servidores técnicos e administrativos à exceção da possibilidade a ser estudada pela COP e CLR de preenchimento dos cargos vagos no HU'. Por mais vaga que seja a proposta, uma vez que cargos vagos não existem, irei colocar essa proposta em votação, votaremos duas coisas separadamente. Serão duas votações, dois encaminhamentos separados, para defender apenas a primeira proposição, supressão ou revisão do item eu convido um dos propositores a defender a proposta por 5 minutos." Ato contínuo, devido a manifestações no plenário, o **M. Reitor** esclarece que a última reunião acabou apenas após as manifestações terem sido feitas e largamente discutidas e que está em encaminhamento para votação a emenda supressiva. **Secretário Geral:** "Em relação à emenda supressiva, os que se manifestaram dessa forma foram os Conselheiros: Cristiano Camargo, Bruno Sperb Rocha, Marcelo Ferreira e Marcos Nascimento Magalhães. Qual dos Conselheiros gostaria de se manifestar?" **Cons. Marcos Nascimento Magalhães**: "Inicialmente quero dizer que sei perder. Já perdi em muitas votações e talvez continue perdendo várias hoje. Mas esse jeito de ganhar, espero que acabe com a nova gestão. Professor Marcos Martins, a supressão do primeiro item não está dizendo que vai aumentar o número de funcionários. A única coisa que está dizendo é que não temos a camisa de força de impedir, que em uma eventualidade de emergência, de situações que não possamos prever, que possamos contratar. Alguém, há um ano atrás, se aparecesse aqui a proposta do curso de Medicina em Bauru, iria dizer 'claro, vamos fazer mais um curso de Medicina'? Não. Surgiu a oportunidade e este Conselho, contra o meu voto, achou que valia a pena usar a oportunidade e criar a curso. A palavra que é importante hoje, quando estamos criando diretrizes, é criar ou não criar camisas de força. E acho que essa camisa de força de dizer, além do discricionário da medida, porque é em relação a funcionário, ela nos engessa. Portanto, a supressão permite que consigamos, eventualmente, enfrentar uma situação adversa com maleabilidade. Então, se a análise da COP foi 'porque isso contraria', o que contraria avaliaremos na época - se essa contradição com os parâmetros se

justifica ou não, se podemos ter alternativa ou não." **Cons. Bruno Sperb Rocha**: "O Reitor, com a apresentação que fez no início da reunião, diz provar que não há falta de funcionários no Hospital Universitário, porque o número de funcionários por leito é maior do que em outros hospitais. Acontece que não se pode usar esse tipo de argumento contra fatos da realidade. O Hospital Universitário acabou de fechar o pronto-socorro infantil. E acabou de anunciar a previsão de fechamento do pronto-socorro em geral, depois de ter fechado o pronto-socorro infantil e adulto noturno já no ano passado, depois de ter fechado um quarto dos leitos - 40% dos leitos de UTI, depois de ter deixado de fazer uma série de procedimentos. Em cada caso desses, a Superintendência do Hospital Universitário - e não o Sindicado dos Trabalhadores da USP - disse por escrito que isto estava acontecendo por falta de funcionários. Isso está escrito. Há uma coleção de comunicados da Superintendência do Hospital Universitário, dizendo: 'em razão da falta de funcionários, estamos fechando tal serviço'. Então, não adianta trazer uma tabela e dizer que não faltam funcionários, quando a realidade e a própria administração da Universidade, ao explicar a realidade, ao justificar a medida administrativa que está tomando e que exige justificativa, diz que é por falta de funcionários. A creche foi fechada e a Superintendência de Assistência Social colocou por escrito que está fechando e não mais abrindo vagas e matrículas por falta de funcionários. E aqui estão os diretores de todas as Unidades da USP. Não conheço o cotidiano e o caso a caso de cada uma delas como esses que estou citando, mas tenho certeza que, senão todas, pelo menos a grande maioria vê, no seu cotidiano, a falta de funcionários; adequações, coisas que fecham ou que reduzem o horário de atendimento, que criam inconveniente para os professores, para a população atendida pelas unidades, pelos diferentes órgãos, em todos esses casos por falta de funcionários. Não dá para negar a realidade. E aí a questão é a seguinte: tenho outra proposta a ser votada para que este Conselho determine a contratação de funcionários, dizendo, inclusive, quantos funcionários tem que contratar. Porque sei que, ao deixar na mão da Reitoria, o que vai acontecer é que vai se seguir o desmonte. Mas essa é outra proposta. A que está sendo votada agora não é essa. A que está sendo votada agora é só se vai, desde já, determinar a não contratação, mas o impedimento de contratação durante o próximo ano, para que nem sequer algum diretor de

Unidade possa regatear com a Reitoria a contratação de um funcionário para resolver algum problema urgente, emergencial e dramático na sua Unidade. Não há motivo nenhum para votar contra isso." **M. Reitor**: "Antes de por em votação, acho essencial corrigir uma má impressão que existe aqui. Estou com a sensação de que as pessoas não entenderam o que são diretrizes orçamentárias. Alguns, pelo menos. O que determina que não podemos mais contratar servidores além de um determinado nível são os parâmetros de sustentabilidade financeira, já aprovados por este Conselho Universitário, com um número significativo de votos, em março desse ano. Isso já está assentado. O que estamos fazendo hoje não é determinar o futuro da Universidade nos próximos 10 anos, nem no ano que vem. Acho que as pessoas não entenderam. É por isso que fizemos essa reunião de urgência hoje, porque no dia 12, temos que votar o orçamento. E a Assessoria de Planejamento Orçamentário, criada pela mesma decisão que aprovou os parâmetros, tem que fazer uma proposta orçamentária, que será encaminhada à COP. Para fazer a proposta orçamentária, ela precisa de diretrizes. Isto é, a Universidade tem que dizer 'no ano que vem, pretendemos contratar 150 docentes'. Não quer dizer que isso está escrito em pedra e não se muda mais. Vai depender da situação do ano que vem e assim por diante. O que estamos dizendo é para a Assessoria reservar recursos na elaboração da proposta orçamentária para ver se conseguimos contratar 150 docentes. Se conseguir, muito bem. Agora, o que está se dizendo é, ao elaborarem a proposta orçamentária, não reservem recursos para novas contratações de servidores. Só isso. Se tiver uma crise no ano que vem, quando o senhor diretor perder todos os seus assistentes e não puder mais tocar a Unidade, e assim vir conversar com o Reitor, isso são outros quinhentos, não estamos tratando disso agora. Ninguém é maluco de fazer uma coisa desse tipo. O que estamos dizendo para o grupo que vai preparar a proposta orçamentária que virá aqui dia 12 é que, neste momento, a Universidade não planeja contratar mais servidores, façam a proposta orçamentária com base nisso. Porque se disser que quer contratar, vão ter que fazer reserva de recursos para isso, vão ter que tirar de outra coisa. Só isso. É diretriz orçamentária. Não é Estatuto da USP que estamos votando." Há discussões fora do microfone com o **Cons. Marcos Nascimento Magalhães**, que reivindica mais uma manifestação, tendo em vista a manifestação do M.

Reitor. **M. Reitor:** "Por favor, leia o Regimento do Conselho Universitário que diz que o presidente do Conselho pode, a qualquer momento, fazer esclarecimentos. Senti que havia a necessidade de fazer esse esclarecimento, porque os argumentos não estão se limitando à proposta orçamentária." A seguir, o **M. Reitor** passa à votação da emenda supressiva ao item 1 das diretrizes gerais - 'manter suspensas reposições dos servidores técnicos e administrativos'. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 68 (sessenta e oito) votos; Não = 31 (trinta e um) votos; Abstenções = 1 (um) voto; Total de votantes = 100 (cem). É aprovado o parecer da COP, favorável à manutenção do texto original, dado que é inviável, tendo em vista os Parâmetros de Sustentabilidade financeira. Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à discussão da emenda ao item 1 das diretrizes gerais, proposta pela Conselheira Mariana de Paula de Oliveira Ribeiro, a saber: "Manter suspensas as reposições dos servidores técnicos e administrativos, a exceção da possibilidade a ser estudada pela COP e CLR de preenchimento de cargos vagos no Hospital Universitário." **Cons. Mariana de Paula de Oliveira Ribeiro**: "Gostaria de convidar a Professora Primavera para fazer essa fala junto comigo. Em primeiro lugar, gostaria de falar que essa proposta não saiu da minha cabeça, foi elaborada em conjunto com os estudantes de Medicina, de Enfermagem e de outros cursos da Saúde, que também estão em greve." **Cons.ª Primavera Borelli Garcia**: "Defendo a ideia da proposta, da possibilidade de, mediante o desenvolvimento e o desempenho do ICMS, ser prevista a eventual contratação de funcionários ou médicos para o Hospital Universitário, uma vez que existem atualmente claros bastante evidentes que têm impedido ou que tem possibilitado o fechamento referencial do PS. Então, estou propondo que seja mantida a opção de, na possibilidade orçamentária, de que esses claros - cujas necessidades deverão ser bem pontuadas - possam ser preenchidos para que não haja prejuízo não só para a população, mas para o ensino. Então, não são claros quaisquer, mas seriam claros muito bem pontuados, uma vez que existem carências específicas em determinados setores do Hospital Universitário." **Cons.ª Mariana de Paula de Oliveira Ribeiro**: "Para fazer essa defesa, quero dizer que o Hospital Universitário contempla todo o tripé das atividades fim da Universidade - o ensino, a pesquisa e a extensão. É um hospital com um papel muito importante em cada

uma dessas áreas. Hoje, cada uma dessas atividades está severamente comprometida. Entendemos a lógica da proporção de 80 para 20 docentes em relação a servidores - que é a proposta dos parâmetros de sustentabilidade. Entendemos que a USP priorize suas atividades fim, no entanto, as contratações para o HU vão, sim, no sentido de priorizar as três atividades fim da Universidade. Entendemos a importância de ter responsabilidade financeira neste momento e os parâmetros vão neste sentido. A COP negou nossa proposta por isso. Mas gostaria de esclarecer, antes de qualquer coisa, que não estamos propondo a revogação dos parâmetros, isso significaria a recomposição do quadro de servidores, contratação de quase 4 mil servidores etc. Nossa proposta não é essa. Ela sequer garante as contratações para o HU. Ela apenas garante a possibilidade a ser discutida. Dito isso, gostaria de colocar que todos esses documentos que são pensados em termos de garantir uma sustentabilidade financeira, preveem que haja uma saída para quando Unidades e Institutos se encontram em situação emergencial, como é o caso do Hospital Universitário, que desde a nossa última sessão já fomos informados de diversos fechamentos, inclusive do PS adulto, que também fechará em dezembro. Portanto, a situação é, sim, emergencial. O próprio Plano de Incentivo à Demissão Voluntária, por exemplo, prevê que a USP possa contratar se for constatada uma situação emergencial. Então, quando colocamos essa proposta, é justamente no sentido de que os parâmetros devem existir, devem pensar a sustentabilidade financeira da USP, mas uma real sustentabilidade da Universidade não pode colocar em cheque a qualidade de seus cursos. Quero trazer o artigo 6º das Disposições Transitórias dos parâmetros de sustentabilidade, que vale até 2022. 'Enquanto o quadro de pessoal ativo na USP contiver número de docentes inferior a 40% do seu total, as contratações de servidores técnicos e administrativos deverão corresponder no máximo às vacâncias do ano anterior, não incluído nesse cômputo as vacâncias decorrentes dos PIDV's'. A existência de um artigo como esse nos mostra justamente a possibilidade de contratações de servidores técnicos e administrativos sem desrespeitar esses parâmetros. Considerando o caso do HU ainda, em 2017 houve diversas demissões e também saídas por conta de aposentadoria. Então, considerar contratações nesses termos previstos pelos parâmetros, já ajudaria a desafogar, pelo menos, alguns setores do Hospital

Universitário. Em relação à defesa que o Reitor fez no início da reunião, acho que é equivocado dizer que os estudantes não estão informados o suficiente. Inclusive, na Medicina, junto com os estudantes de Enfermagem, lemos o contrato com a Secretaria Municipal cláusula por cláusula, estudamos bem e gostaríamos de poder nos reunir com a Reitoria para discutir esses dados, discutir essas informações. Por isso, essa proposta vai no sentido de deixar aberta a possibilidade, porque se não houver a possibilidade, não teremos diálogo e a Medicina, que não entra em greve a 55 anos, não vai poder dialogar com a Reitoria por conta de uma questão formal." **M. Reitor**: "Aguarde um pouco, gostaria de um esclarecimento. Obviamente, já respondi aos estudantes que estou a disposição para nos reunirmos a qualquer momento, como estive nos 4 anos que estive aqui, reuni-me várias vezes para tratar dessa questão, que só não progrediu porque há uma visão muito empedernida de alguns grupos de que essa questão só pode ser resolvida com contratação de profissionais pagos pela Universidade de São Paulo. Mas não é esse o ponto que quero tratar. Estou à disposição para nos reunirmos e discutir a qualquer momento. O que me parece é que não acertamos a compreensão ainda quanto a uma questão: de que as decisões que estamos tomando hoje se esgotam no dia 12 de dezembro. Nada do que está sendo decidido hoje passa para o ano que vem. Estamos discutindo diretrizes para a elaboração do orçamento da USP. Então, faço uma pergunta prática, que todos queremos saber. Como essa sua proposta se aplica à elaboração que virá a este Conselho no dia 12? Por favor, a senhora tem mais tempo para explicar porque é importante para votarmos. Uma coisa é pensar a respeito do futuro, os melhores desejos para o próximo ano. Por favor, o que faremos no dia 12 se a sua proposta for aprovada?" **Cons. Mariana de Paula de Oliveira Ribeiro**: "Acho que se alguém quiser explicar comigo, por favor. Primeiro que não sou bem a autora da proposta, ela foi elaborada coletivamente, com o conjunto dos estudantes que estão pensando isso. Então, não me sinto plenamente qualificada para responder, mas a ideia é justamente que se não houver essa possibilidade, também estará fechada a possibilidade de dialogar, sem haver brecha alguma para qualquer contratação via USP. Temos divergência em relação à solução. O senhor acha que não é essa a solução, nós, estudantes da Saúde achamos que sim, e se não houver sequer essa possibilidade, não

vamos poder nem discutir isso. Vai nesse sentido." **M. Reitor**: "Desculpe, mas não é isso que vai abrir essa possibilidade. Este voto é: dia 12 deve aqui chegar uma proposta orçamentária que contempla este aspecto. É isso. Estamos discutindo diretrizes orçamentárias, não estamos discutindo proposta do futuro da USP, nem como será a USP em 2018. Esclarecido, agradeço à Conselheira e vamos passar à votação. Não há dúvida. Vamos votar a proposta da Conselheira que diz em manter suspensas as reposições de servidores técnicos e administrativos, à exceção da possibilidade a ser estudada pela COP e CLR - o que é impossível, porque estamos falando de orçamento e isso não passa na CLR - de preenchimento de cargos vagos no Hospital Universitário." **Cons. Dante Pinheiro Martinelli**: "Apenas fazendo um esclarecimento, ficou talvez a impressão de que a proposta da Mariana não está contemplada. Quero deixar claro de que a proposta está sim contemplada, está na terceira página das propostas. Quando a Conselheira Mariana falou, recorri às minhas anotações, porque anotei tudo na reunião da semana passada e a Conselheira fez uma proposta de contratação para reposição de servidores, em especial no HU. Na sequência da fala da Conselheira Mariana, o Conselheiro Bruno Rocha também falou e reforçou o pedido de contratação de servidores para o HU. Portanto, essa proposta que está no meio da terceira página e que tem apenas o nome do Conselheiro Bruno - 'imediata abertura de contratações para a reposição de servidores técnicos e administrativos e docentes, particularmente em relação aos hospitais e centros de saúde' - deveria ter o nome da Mariana, que foi a primeira que sugeriu, e do Bruno. Infelizmente, o nome da Mariana não apareceu, mas a proposta foi feita pelos dois." **M. Reitor**: "Isso está resolvido. A proposta da Conselheira não foi desconsiderada e será votada. Vamos votar. É na votação que se resolvem essas questões. Vamos votar o que foi discutido." Há discussões fora do microfone. **M. Reitor**: "O que o Professor Dante fez foi, de certa forma, justificar perante todos que a proposta da Conselheira não foi desconsiderada, não sendo trazida à apreciação. Ele deu a entender que isso estava incluído em uma proposta posterior. Isso foi esclarecido *ad nauseam*. A supressão não ocorreu e agora vamos analisar sua modificação. Isso não exclui a análise da proposta posterior do Conselheiro Bruno." **Cons.ª Ana Maria Loffredo**: "É muito simples. Um pedido de esclarecimento à presidência da mesa, em que

se fundamenta, do ponto de vista de regimento, do funcionamento do Conselho Universitário, que a condução da mesa não leva em consideração quando alguém levanta a mão e fala que é uma questão de ordem. Por exemplo, estava ali atrás e vi o Professor André Singer levantar a mão e pedir uma questão de ordem, e a mesa não respeita isso. Gostaria de apenas um esclarecimento nesse sentido. Em que se fundamenta o procedimento da mesa de não nos ouvir?" **Secretário Geral**: "Professora, depois lhe explico." **Cons.ª Ligia Toneto**: "Quero apenas um esclarecimento, pois me parece que não vai estar registrado nessa reunião, que estamos votando uma proposta que é diferente. Quero esclarecer que a proposta da Mariana foi construída em conjunto com os estudantes e acho que isso é deslegitimar a representação discente já reduzida nesse Conselho, não estando nem apreciada e sendo colocada como a mesma proposta da contratação imediata, quando isso não é verdade. Acho que isso é muito ruim. Chegamos aqui querendo fazer um debate e na verdade o tumulto da reunião começa quando não conseguimos concluir nossas falas, quando não conseguimos falar sem que sejamos interrompidos, quando pedimos a palavra para vir falar educadamente e tentar construir um diálogo e não conseguimos completar. Peço que, no mínimo, fique registrado que as propostas são diferentes." **M. Reitor**: "Vou esclarecer à Conselheira. A proposta está sendo considerada na sua inteireza. Ela não foi anexada a outra proposta. Já foi esclarecida *ad nauseam*. A COP rejeitou a proposta de supressão e as demais porque o argumento era o mesmo. No entanto, diante do pleito de todos e para considerar a individualidade da proposta, ela foi analisada. A senhora concorda que a proposta foi analisada e vai ser votada separadamente? Então, ela não foi anexada e não está desconsiderada. Ela será votada." **Cons. Marcos Nascimento Magalhães**: "O meu pedido de esclarecimento ao Professor Dante é o seguinte. Na análise que a COP fez foi olhado o conjunto das sugestões e dos destaques. Porém, ocorre que o seu entendimento é de que essa questão está lá na frente, em outro item. Mas olha a questão da simetria que estamos fazendo. Temos uma defesa aqui, em cima do item um, e tem três ou quatro itens mais a frente que poderão estar prejudicados e que foram avaliados em conjunto pela COP, mas não estão sendo avaliados em conjunto pelo plenário que aqui está. Então, como a COP entende a possibilidade de diversos itens, que estão colocados

mais para frente, e que eventualmente possuem colisões com a decisão que veio antes. O senhor, ao defender que não aprovemos a sugestão trazida pelos estudantes, é como dizer 'tomamos conhecimento e isso terá a possibilidade de mais para frente ser olhado'. Como é o olhar da COP sobre isso? A COP olhou tudo. Nós não temos oportunidade de olhar tudo? O que a COP acha disso? A questão que estou levantando é assim: pela lógica formal, se você toma uma medida em certo momento, todas as medidas subsequentes que colidem com aquela medida estarão, no mínimo, prejudicadas. Portanto, minha questão é que a COP teve a oportunidade de fazer um olhar global. Pergunto se todas essas outras questões poderão, de alguma maneira, modificar o que foi decidido antes. Se sim, perfeito, continuamos assim, mas gostaria de entender a lógica que a COP propõe para esse debate." **Secretário Geral**: "No quadro que foi distribuído, se puder dar uma olhada, verá que há a proposta do Bruno." **M. Reitor**: "O Professor Dante não vê motivos para responder. Acha que está suficientemente claro." **Cons. André Vitor Singer**: "Quero fazer meus pedidos de esclarecimento no tom mais cordial e racional que consigo. Participo de debates na USP há 40 anos, estou me vendo aqui diante de um clima que não propicia a racionalidade e a cordialidade que penso ser absolutamente necessárias para termos o encaminhamento a altura da Universidade de São Paulo. Primeiro esclarecimento: Professor Dante, ao enunciar o lugar em que estaria a emenda proposta, que será votada agora - aliás, agradeço ao Reitor por colocar em votação em separado -, o senhor disse que está colocada no meio da terceira página e mencionou que seria uma emenda a favor da contratação imediata. Não é esta a emenda que está sendo proposta. A emenda é abrir a possibilidade, mediante estudo da COP, para a contratação. A possibilidade - como bem ressaltou a Diretora da Farmácia, Primavera Borelli, quando defendeu a proposta. Também em relação a esse ponto, o Reitor pergunta como isso pode ser incorporado às Diretrizes. Justamente para isso que temos Diretrizes. Estamos pedindo que a COP incorpore, dentro da confecção do orçamento, a possibilidade de um estudo sobre esta eventual contratação, caso haja recursos para isso. Só quero ressaltar, dentro desse espírito de racionalidade e cordialidade, que entendo que o Reitor tem a função de dirigir o Conselho, orientar, etc., mas que ele debata longamente, dê a última palavra e não permita o contraditório, não me parece democrático."

Cons. Paulo Inácio de Knegt López de Prado: "Um esclarecimento sobre a matéria que vamos votar agora. Achei que havia entendido o que eram as Diretrizes Orçamentárias, mas quando o senhor Reitor esclareceu que o que decidimos hoje nas Diretrizes se encerra em dezembro de 2017, já não ficou claro para mim o que isso significa. Significa que uma diretriz que não abra possibilidade de contratação, nem emergencial, a servidores no HU, independentemente dessa diretriz existir, podemos incluir no orçamento verba para essa contratação? Porque o meu entendimento é que é crucial discutirmos agora se a diretriz permite ou não essa contratação, justamente para depois discutir se a gente inclui isso ou não no orçamento. Isso é o que depois da fala do senhor Reitor não ficou claro para mim." **M. Reitor**: "É exatamente essa a compreensão. Orçamento será trazido aqui dia 12. O grupo que vai elaborar o orçamento precisa de diretrizes, precisa que esse Conselho diga 'nós entendemos que no próximo ano a Universidade precisa contratar 150 docentes'. Eles terão que, de alguma forma, incluir isso na previsão do orçamento do ano que vem. Chegamos aqui - os senhores, porque eu não mais estarei - em maio do próximo ano e, para a nossa agradável surpresa, a arrecadação do ICMS está crescendo muito e alguém vai dizer 'além daqueles 150, dá para contratar mais 50'. Ótimo. Quero dizer, o que decidirmos agora não tem efeito definitivo sobre a vida futura da Universidade. É diretriz, é orientação para quem elabora a proposta orçamentária, só isso. Então, se decidirmos que precisa contratar servidores agora, precisa haver previsão no orçamento que virá à votação no dia 12 de dezembro. Se não decidirmos isso e dissermos 'não, por enquanto está suspenso', eles não vão prever isso. E aí chega em junho do ano que vem, tem recursos, dá para começar a repor servidores, o Reitor está amarrado? Não está. Porque aquela decisão se aplica à confecção do orçamento, por isso que se chama 'Diretrizes Orçamentárias'. O que nos amarra muito mais são os parâmetros de sustentabilidade, que terão que ser considerados a longo prazo. As diretrizes são para o dia 12." **Cons. Paulo Inácio de Knegt López de Prado**: "Agora ficou claro, deixe-me apenas me certificar se entendi corretamente. As diretrizes orientam apenas e tão somente a confecção do orçamento, elas não orientam as revisões orçamentárias que também estão previstas?" **M. Reitor**: "Não, mesmo porque há uma lógica. A revisão orçamentária é exatamente porque a situação mudou

em relação ao passado. Em um país com uma economia muito estável, em que nosso orçamento estivesse em ótima situação, isso talvez fosse desnecessário. Mas nessa situação de enorme transição, é necessário rever periodicamente. É isso." A seguir, o **M. Reitor** passa à votação da emenda proposta ao item 1 das diretrizes gerais. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 61 (sessenta e um) votos; Não = 31 (trinta e um) votos; Abstenções = 4 (quatro) votos; Total de votantes = 96 (noventa e seis). É aprovado o parecer da COP, favorável à manutenção do texto original. **M. Reitor**: "Volto a insistir com os Conselheiros, principalmente a Conselheira que fez a proposta e os representantes estudantis. Isso não fecha qualquer porta para a solução das questões do Hospital Universitário. Pelo contrário, diria que abre as portas." Ato seguinte, passa-se à discussão dos destaques referentes ao Item 2 – "Dependendo da arrecadação do ICMS, contratação de 150 novos docentes." **M. Reitor**: "Continuando, temos a proposta de alteração do item 2, que diz o seguinte: 'Dependendo da arrecadação do ICMS, contratação de 150 novos docentes.' Como isso se comportaria? Deveria haver um cálculo dentro da proposta orçamentária que acomode isso, que se realizará ou não se houver fundos no momento em que isso for se concretizar durante o ano de 2018, pois poderá não se concretizar. Vai depender de como caminharão as finanças da USP. Para isso, há as propostas dos Conselheiros Cristiano Buoniconti Camargo, João Cyro André, Marcelo Urbano Ferreira e Elisabete de Santis Braga da Graça Saraiva. O parecer conjunto da COP foi manter o texto original, ou seja, contratar 150 docentes se a arrecadação do ICMS permitir. Mas temos, então, quatro propostas: Proposta 1, do Cons. Cristiano Buoniconti Camargo: 'Dependendo do comportamento da arrecadação do ICMS, contratação de docentes e servidores técnicos e administrativos em número a ser apurado, levando-se em conta a disponibilidade de recursos para tanto'. Quer dizer, já perceberam as dificuldades quando se trata de aplicar a proposta orçamentária de 2018. Proposta 2, do Professor João Cyro André: 'contratação de docentes apenas se eliminado o déficit orçamentário'. Ora, a proposta será para ser incluída no orçamento. A realização dela se faz no ano que vem. Por favor, considere isso. Proposta 3, do Professor Marcelo Urbano Ferreira: 'Dependendo do comportamento da arrecadação do ICMS e de outros aportes de recursos, contratação de 150 novos docentes e servidores técnicos e

administrativos, em priorização do quadro funcional do Hospital Universitário.' Ou seja, é uma complementação da proposta do Cristiano Camargo, é um detalhamento. Portanto, é a mesma proposição, uma variante. Proposta 4, da Professora Elisabete de Santis Braga da Graça Saraiva: 'em função da arrecadação do ICMS ou outra fonte, contratar novos professores e funcionários'. Exceto a do Professor João Cyro André, as demais têm o mesmo objetivo, é vincular a evolução futura do ICMS à contratação de docentes e servidores. O parecer da COP foi contrário. Primeiro, pergunto ao Professor João Cyro André se ele mantém esta proposta diante do parecer da COP e diante do que discutimos, que, eliminado o déficit orçamentário, neste momento ele não ocorrerá. Ocorrerá, eventualmente, no futuro. Portanto, naquele momento é que a Universidade poderá discutir a conveniência ou não da contratação de 150 docentes. Professor João Cyro pode se manifestar e depois pedirei a um dos outros três Conselheiros que se manifestem a respeito da proposta que é exatamente a mesma, mudando as vírgulas ou a construção da frase." **Cons. João Cyro André**: "Fiquem com essa dúvida. No capítulo 5, sobre novas despesas autorizadas no último semestre da gestão reitoral, minha pergunta é se cabe colocar dentro proposta a possibilidade de contratação. Não é exigência, mas a possibilidade." **M. Reitor**: "Veja que isso não se realiza no último semestre da minha gestão. Isso começará a ser aplicado no próximo ano. Quero dizer, só diríamos que haverá recursos no orçamento para que no próximo ano a nova gestão da Universidade tenha a possiblidade de, eventualmente, contratar 150 docentes. Neste momento, nada se realizará." **Cons. João Cyro André**: "Mas ainda assim tenho a impressão que considerar despesas futuras poderia ser um elemento de restrição, mas não quero fazer disso um cavalo de batalha. Foi apenas uma dúvida que tive e que gostaria de deixar claro para que o Conselho Universitário aprecie. Se algum colega da CLR puder apreciar. Quanto a manter a proposta, mantenho minha proposta porque entendo que a situação da USP é grave, ficaremos, no meu entendimento, sem reservas financeiras e, portanto, aumentar despesas implicará - talvez não para 2018 - uma situação cada vez mais difícil com o passar dos anos, se não houver uma evolução muito positiva do ICMS. Então, mantenho minha proposta para apreciação do Conselho." **M. Reitor**: "Mesmo sabendo que ela não tem nenhum efeito imediato na elaboração do orçamento

do dia 12 de dezembro de 2017." **Cons. João Cyro André**: "Não é meu entendimento. Acho que ela tem efeito sim. Tem um norte, um indicador." **Secretário Geral**: "Os três autores são: o representante discente de pós-graduação, Cristiano Buoniconti Camargo; Professor Marcelo Urbano Ferreira e a Professora Elizabete de Santis Braga da Graça Saraiva. Quem se manifestará? Cristiano Buoniconti, por favor." **Cons. Cristiano Buoniconti Camargo**: "O esclarecimento é o seguinte: a minha proposta é bastante conservadora, o que ela traz é apenas uma possibilidade que está em pleno acordo com os parâmetros de sustentabilidade e depois, como o Prof. Zago colocou, isso será discutido no orçamento, então é uma proposta realmente tranquila, não vejo nenhum problema dela ser votada, é simplesmente colocar a possibilidade, dentro da evolução patrimonial da Universidade, de uma futura contratação, se realmente as condições mudarem. É tranquilo, não vejo qualquer problema e peço que este Conselho tenha serenidade nesta votação e razoabilidade para aceitá-la." **Cons. Adalberto Américo Fischmann**: "Entendi o argumento do Conselheiro Cristiano, todavia quando a COP analisou isso, ela analisou em linha com a Diretriz anterior, a Diretriz número um, e nesta ficavam suspensas as reposições de servidores técnicos e administrativos, de forma que na Diretriz dois estamos considerando a possibilidade de contratação de 150 novos docentes, em função de uma melhoria da arrecadação do ICMS e não está sendo considerado de propósito aqui qualquer contratação, em princípio, de servidores técnicos e administrativos que, aliás, já foi considerado na Diretriz 1, que acabamos de votar." **M. Reitor**: "Devo esclarecer que, como nas outras vezes, votaremos o parecer da COP, que é favorável à manutenção do texto original, portanto, quem votar 'Sim' é favorável à manutenção do texto original; se isto for rejeitado, teremos que votar duas opções, porque são duas coisas diferentes o que os três conselheiros propõem e o que o Prof. João Cyro André propõe." A seguir, o **M. Reitor** coloca em votação o parecer da COP. **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 64 (sessenta e quatro) votos; Não = 28 (vinte e oito) votos; Abstenções = 0 (zero); Total de votantes = 92. É aprovado o parecer da COP, favorável à manutenção do texto original. **M. Reitor**: "O próximo destaque ainda se refere às Diretrizes Gerais, referente à contratação de 150 docentes. A Conselheira Maria Arminda do Nascimento

Arruda pede que se defina o regime de contratação e o representante discente Uriel Piffer pede que se defina no texto que o regime de trabalho seja em RDIDP. Fique claro que não cabe ao Conselho Universitário definir, obrigatoriamente, o regime de todas as contratações, isto não há que dizer que seria algo absolutamente inaceitável em uma Universidade com esta heterogeneidade, por isso, a COP coloca a seguinte sugestão de texto: O regime preferencial da USP é o RDIDP e as contratações são para MS-3. Isso bloqueia contratar um MS-6? É claro que não. Estamos falando para aqueles que irão elaborar a proposta orçamentária saber que a reserva de recursos deve prever contratação em RDIDP, não iremos estabelecer uma camisa de força sobre as futuras contratações e os regimes de trabalho, vamos reafirmar aquilo que está no nosso Estatuto e Regimento. Para mim está de bom tamanho." **Cons.ª Maria Arminda do Nascimento Arruda**: "Quero explicitar as razões pelas quais perguntei sobre o regime de trabalho. Naturalmente tenho muito claro para mim que uma Universidade como a Universidade de São Paulo é muito diversificada e que isso não é mau. Por que perguntei sobre a modalidade da contratação? Porque nós hoje temos recebido muitos professores temporários, então quando fica vago, não está dito se é no regime preferencial, que é RDIDP. De forma que a proposta é muito simples, que só referenda o que está no Estatuto da USP que, dependendo do comportamento, é sempre no condicional a possibilidade, dependendo, até porque se o orçamento tem que ser construído em cima de uma previsão, é preciso que quem irá elaborar o orçamento - que será votado no dia 12 - saiba que se for temporário é uma coisa e se for possibilidade de RDIDP, é outra. Estou seguindo exatamente o espírito do orçamento. Então, dependendo do comportamento da arrecadação do ICMS, contratação de 150 novos docentes, segundo o regime preferencial da Universidade, ou seja, RDIDP, ou uma coisa mais sucinta, porque senão, pode ser que contratem 150 temporários e nós crescemos - e muito - o número de professores temporários." **Cons. Uriel Engel Piffer**: "De maneira bastante rápida e tranquila concordo muito com o que a Professora disse e, se for assim, por mim nem precisamos votar o meu destaque. Só queria que deixasse esse parecer da COP explícito. Por mim é muito tranquilo, até porque existe uma diferença muito grande em se planejar o orçamento - esse que iremos votar no dia 12, de 150 contratações de

professores temporários, 8 horas e RDIDP, então só colocar isso, para mim está bem tranquilo." **M. Reitor**: "Estamos de acordo, muito obrigado. Votaremos porque isso chegou até a esse ponto, é uma reafirmação do princípio fundamental da USP, ninguém quer substituir professores permanentes por temporários. Acontece que as circunstâncias orçamentárias nos levaram a isso, fomos obrigados a fazer isso, fomos obrigados a suspender uma Portaria que concedia mais de seiscentos claros, vagas de contratação de professores em RDIDP para a Universidade de São Paulo, duas semanas antes da eleição na qual fui candidato, no momento em que a Universidade de São Paulo já tinha um comprometimento orçamentário de 106% com gastos com Pessoal e por isso, em consequência desses fatos, todas as contratações tiveram que ser suspensas, não porque o Reitor não gosta de contratar, pelo contrário, quando pudemos reabrimos o ano passado as contratações e agora novamente estamos encaminhando um processo que deve dar continuidade à contratação de professores para carreira na Universidade de São Paulo. Isso é fundamental para que a Universidade sobreviva, para que a Universidade possa se aerar. Agora, professores temporários são necessários, muitas vezes, quando há pressões excessivas em algumas áreas, para o ensino e é assim que nós teremos que, ainda por um período, ir substituindo quando tivermos emergência. São situações emergenciais, não é política da Universidade. Política da Universidade é esta que está expressa aqui, por isso irei pedir para votar, porque acho que é uma afirmação muito positiva da nossa visão, tenho certeza, espero que seja aprovado por unanimidade na nossa visão a respeito da vida na Universidade de São Paulo." Em seguida, o **M. Reitor** coloca em votação o parecer da COP, com a proposta de inclusão, no texto, de que as contratações serão em RDIDP. **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 91 (noventa e um) votos; Não = 7 (sete) votos; Abstenções = 0 (zero); Total de votantes = 98. É aprovado o parecer da COP com o acréscimo, na redação, de que o regime preferencial da USP é o RDIDP e que as contratações serão para MS-3. **M. Reitor**: "O próximo destaque refere-se ao item 3 das Diretrizes Gerais, que diz: Os recursos destinados a Outros Custeios e Investimentos das Unidades, Órgãos e Institutos deverão ser no mínimo iguais aos valores da dotação orçamentária inicial de 2017. É uma clara orientação para quem irá elaborar o orçamento. Há duas propostas de

modificações: 'Excetuando-se as unidades, órgãos e institutos com menos de 10 anos, que necessitam e deverão perceber um aumento real de seus custeios e investimentos destinados a complementação e manutenção de suas instalações, infraestrutura e equipamentos, proporcionalmente ao porte e condições das unidades consolidadas.' Esta proposta é do Prof. Miguel Buzzar, que é Diretor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo. E a do Prof. João Cyro André, que diz: 'deverão ser iguais aos valores resultantes da 2ª revisão orçamentária de 2017 e deverá levar em conta a evolução da arrecadação do ICMS.' Não mais do Orçamento como foi apresentado em 2016 e aplicado incialmente, ele propõe que se leve em conta a evolução da arrecadação do ICMS e a situação da 2ª revisão orçamentária. Teremos que votar separado porque são duas coisas muito discrepantes." **M. Reitor**: "Peço ao Prof. Miguel Buzzar que faça a defesa da sua proposta, que tem parecer contrário da COP. A argumentação da COP é que o que está sendo proposto já foi levado em conta nas Diretrizes Orçamentárias das Unidades." **Cons. Miguel Antônio Buzzar (Apresentação)**: "Essa é a proposta. Estamos votando diretrizes, como foi dito aqui várias vezes. Entendo que as diretrizes valem para a elaboração do orçamento e valem também para a revisão orçamentária, inclusive, no item anterior colocava a depender do ICMS na própria redação das Diretrizes Orçamentárias, então, as diretrizes iluminam o caminho a ser dado. Não estamos votando orçamento, isso foi dito várias vezes, estamos votando diretrizes. Quem elabora o orçamento é a Comissão e a Assessoria, elas têm que ter essas diretrizes, o que as Unidades apresentaram como pleito para Obras e Investimentos é algo grande, que certamente não caberá naquilo que a COP e a Assessoria destinará às obras, evidente, porque nós sempre pedimos mais, mesmo na época de vacas gordas e agora, na época de vacas magras, mais ainda; e a COP e a Assessoria farão uma redução. Portanto, a minha proposta é para orientar esta redução e não entendo que está comtemplado, ao contrário do que a COP falou. Por quê? No próximo slide peguei o exemplo do IAU, mas poderia ser outro Instituto criado a menos de dez anos. Por que os institutos que foram criados a menos de dez anos? Porque eles foram colhidos no meio do caminho pela crise financeira que bloqueou os investimentos de maneira geral. Então, o IAU não tem Biblioteca, não tem o Atelier, que são salas de aula para disciplinas de projeto, plástica,

linguagem adequadas na medida que passamos de trinta para quarenta e cinco alunos e não atendemos ao critério técnico da SEF de metragem por aluno. Isso é uma questão muito clara. Isso foi objeto do Conselho Estadual de Educação ao não renovar o curso por cinco anos e sim por três anos na avaliação anterior. No próximo slide temos a avaliação do IAU, o que nós tivemos desde a criação e em função do problema da Universidade, quanto foi investido em obras no Instituto: R$ 248.373,00. Uma Unidade desde 2010, ela teve esse valor de obras e vocês podem ver que são simplesmente pequenas reformas; temos uma agora em fase de conclusão, contando sempre com um *mix* de recursos. No próximo slide o orçamento do IAU, o total dos dois últimos anos é por volta de R$ 800.000,00, ao contrário da planilha que foi enviada que diz que foi R$ 911.000,00. Desconheço, como Diretor, esse valor; conheço R$ 834.842,00 e no livre, aqui na nossa Dotação Básica, que podemos manipular R$ 285.634,00, ou seja, o que estamos colocando aqui é que quando a Universidade de São Paulo cria uma Unidade ela tem que dar condições para que essa Unidade possa se equiparar ao conjunto das Unidades consolidadas e formar os seus alunos, os seus profissionais da melhor forma possível. E essas condições não estão sendo dadas para o Instituto de Arquitetura e Urbanismo, portanto, o IAU, talvez outros, coloquei aqui de uma maneira geral a proposta para os Institutos e Unidades de menos de dez anos, estou exemplificando com o IAU, mas isso pode ser de uma forma genérica, ou seja, esses Institutos devem ter um tratamento diferenciado para alcançar uma igualdade de condições. Isso nós fazemos o tempo todo, vários cursos aqui têm programas de tutoria junto a alunos com dificuldades. Por que temos programas de tutoria? Para aquele aluno que tem dificuldade poder se formar em condições iguais às daquele que não tem dificuldade, então, tratamento diferenciado. Na reunião passada foi dito que isso é uma coisa muito diferente. Não. Praticamos isso cotidianamente. Praticamos o tratamento diferenciado para possibilitar a igualdade e é isso que está sendo pleiteado aqui, um tratamento diferenciado não para extrapolar, para conquistarmos uma igualdade de desempenho." **Cons. João Cyro André**: "Costumava pensar da seguinte forma: vou pensar na Universidade como administro a minha casa: gasto o que tenho. Eu tinha um pouco de vergonha em falar isso e aí ouvi a Angela Merkel falar que administra a Alemanha como administra a casa dela,

gastando o que tem e não gastando o que não tem. Dito isso, creio que esse próximo ano é um ano extremamente singular, porque tínhamos reservas financeiras que, no meu ponto de vista, sei que não é a opinião da COP, ela se extingue no próximo ano de modo que o déficit orçamentário que já vi de R$ 287 milhões previstos no orçamento, com os saldos a pagar, iremos aos R$ 90 milhões de reserva financeira, mais restos a pagar do ano seguinte, ou seja, não é uma linguagem técnica, iremos jogar a dívida para o ano de 2019, se houver uma evolução positiva de ICMS muito bem, se não houver uma evolução muito positiva do ICMS, outubro já equilibrou com setembro um pouquinho maior, novembro já caiu um pouquinho em relação ao mês passado, teremos uma situação extremamente difícil que não gostaria de viver dentro da Universidade de São Paulo. Por esse motivo a minha proposta é conservadora de manter para Outros Custeios e Investimentos, em uma situação realmente de um pouco de aperto, os mesmos valores da 2ª revisão orçamentária deste ano de 2017." **M. Reitor**: "Iremos passar à votação. São duas propostas absolutamente antagônicas. Uma olha para o lado de um certo otimismo, é obviamente necessário dos Diretores de Unidade e diz: todo mundo irá receber no seu orçamento inicial pelo menos o mesmo do ano passado, mas as Unidades mais novas precisam de mais folga orçamentária, terá que vir de outra fonte. O Prof. João Cyro mantendo a sua tônica de vários anos aqui é o nosso vigilante, ele diz: vocês estão gastando muito, vocês acham que fizeram muita economia, mas não fizeram, tem que gastar menos ainda, vamos partir agora do que nós temos na última revisão. E um argumento dele realmente é muito sério e precisa ser ponderado por todos, é de que de fato estamos esgotando nossas reservas financeiras. Mostrei aqui da última vez e, felizmente, há certo indício para otimismo, a economia do país está um pouco melhor, mas a situação de fato não é mais aquela que teve seiscentos milhões de déficit, teve duzentos milhões, não vai ter, vai ter que pagar com o que recebe, então, enquadrar é necessário. Entre os dois eu sempre procuraria ficar naquela posição moderada e dizer: o ano que vem veremos como as coisas andam e se for preciso fazemos modificações, obviamente, mas não quero arguir contra uma ou contra outra, as duas irão entrar em votação." O **Cons. Miguel Antônio Buzzar** fala fora do microfone. **M. Reitor**: "Não estou me contrapondo a sua proposta, estou dizendo que ela embute um certo grau

de otimismo, que não é ruim. Diretor tem que ser assim, demandante, e falar: 'preciso de mais recursos.'" O **Cons. Miguel Antônio Buzzar** fala fora do microfone. **M. Reitor**: "Acho que há um aspecto no qual o senhor tem razão, é que carregamos demais a memória do passado na elaboração do orçamento futuro e isto, em um determinado momento, a Universidade precisava fazer um pouco de intervenção, é por isso que as nossas diretrizes, os nossos parâmetros de sustentabilidade, preveem um orçamento plurianual, precisamos nos acostumar a fazer, não temos hábito, isso será um progresso e tenho certeza que será implantado, mas do ponto de vista prático, estamos discutindo orientações para elaboração do próximo orçamento que virá dia doze, portanto, primeiro: está em votação a proposta de modificação do Prof. Miguel Buzzar, que teve um parecer da COP contrário, isto é, favorável à manutenção do texto original. Quem votar 'sim', votará contrariamente à proposta do Prof. Buzzar. Está claro? Não estamos considerando a proposta do Prof. João Cyro, que é exatamente oposta." A seguir, o **M. Reitor** coloca em votação. **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 68 (sessenta e oito) votos; Não = 24 (vinte e quatro) votos; Abstenções = 6 (seis); Total de votantes = 98. É aprovado o parecer da COP favorável à manutenção do texto original. **M. Reitor**: "A próxima votação é a proposta do Prof. João Cyro André que seria de levar em conta não os valores iniciais do orçamento, mas aqueles que levam em conta já a evolução de ICMS e a 2ª revisão orçamentária. A COP é contrária a aceitar isto e pede que seja mantido o texto original, isto é, a proposta orçamentária inicial. O Prof. João Cyro pede que se leve em conta a última revisão orçamentária. Quem votar 'Sim' é rejeitar a modificação, 'Não' é aceitar que a base será a 2ª revisão orçamentária." A seguir, o **M. Reitor** coloca em votação. **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 70 (setenta) votos; Não = 13 (treze) votos; Abstenções = 11 (onze); Total de votantes = 94. É aprovado o parecer da COP favorável à manutenção do texto original. **M. Reitor**: "Passamos para o item 6 das Diretrizes Gerais, que diz o seguinte: A COP e a Assessoria de Planejamento Orçamentário deverão apresentar, ao Conselho Universitário, a proposta de modelo provisório de planejamento plurianual, em atendimento do Capítulo VII da Resolução 7344. É disso que falávamos, será o nosso primeiro exercício com uma proposta de planejamento plurianual que é separado do orçamento

do ano que vem." Nesta oportunidade, o Prof. João Cyro André retira sua proposta de nova redação do item 6. **M. Reitor**: "Há outra proposta do Prof. João Cyro, de inclusão de uma nova diretriz orçamentária que pede que despesas não vinculadas não poderão ultrapassar as receitas não vinculadas." **Cons. João Cyro André**: "Sou favorável aos ajustes rápidos para não ficarmos sofrendo anos e anos, como tem ocorrido até agora; temos sofrido quatro anos por conta de postergar alguns ajustes que poderíamos fazer, que são difíceis e que nos atingem a todos. Essa proposta está coerente com o que foi proposto em anos anteriores, que as despesas não vinculadas não ultrapassem o dinheiro que a Universidade tem, que são as receitas não vinculadas, que são a receita do tesouro mais as receitas próprias não vinculadas, mais a reserva financeira, ou seja, fazer um esforço para zerar o déficit esse ano. Obviamente isso poderá ser feito por meio de cortes ou poderá ser feito por meio de uma evolução positiva com o acréscimo de receitas, não significa necessariamente apenas cortes, mas que seja ajustado à receita da Universidade, se houver uma evolução positiva não haverá cortes, se houver evolução não positiva, se mantiver nossa situação atual, seriam feitos cortes na Universidade. Sou favorável que seja feito rapidamente, para que não fiquemos sofrendo mais quatro ou oito anos dependendo dessa situação." **M. Reitor:** "Em resumo o Prof. João Cyro propõe a inclusão de uma nova diretriz orçamentária, que diz que este ano temos que ter uma proposta orçamentária fechada com zero déficit. Está claro?" **Cons. Fernando Dias Menezes de Almeida:** "É um pedido de esclarecimento. Aquela questão sobre a qual até me manifestei na última reunião, do que está sendo entendido pela COP neste caso como conceito de déficit. Compreendi que - o Prof. João Cyro, me desculpe se entendi mal - havia proposto que fosse considerado como receita não vinculada também a receita financeira, ou seja, não estamos falando só de ICMS, portanto, estamos falando em caber toda despesa não vinculada em toda receita não vinculada, repasses do tesouro e outras desde que não vinculadas, ou seja, receita de convênio coisa assim, porque não percebi a divergência. A resposta do parecer da COP diz que não pode ser, porque não é possível eliminar o déficit. Estou entendendo que, aí a palavra déficit entrou com outro significado." **M. Reitor**: "Entrou com significado real." **Cons. Fernando Dias Menezes de Almeida:** "Sem as receitas financeiras, entendi que teria entrado com significado

tomando por universo de receitas tão somente repasses do ICMS na resposta da COP." **Cons. Adalberto Américo Fischmann**: "Estamos considerando tudo, alias se tivéssemos considerando a proposta do Prof. João Cyro como foi colocada teríamos que, neste momento, nas diretrizes, incluir a possibilidade de retirar dotações da Administração Central ou das Unidades, porque teríamos que reduzir a despesa. Isso hoje não estamos enxergando como viável." **Cons. Fernando Dias Menezes de Almeida:** "Portanto na conta das receitas não vinculadas estão incluídas as receitas financeiras e, ainda sim, a proposta orçamentária trabalharia com um déficit." **Cons. Adalberto Américo Fischmann**: "Correto." **Cons. Fernando Dias Menezes de Almeida:** "Está esclarecido." **M. Reitor**: "Está claro para todos? O Prof. João Cyro está fazendo uma proposta draconiana, mais dura, de resolvermos de uma tacada o que sobrou de desequilíbrio ainda. Este orçamento, obviamente, teria uma cara muito diferente e não sei como seria possível, por exemplo, compatibilizar isto com a decisão que tomamos de que a proposta orçamentária para cada uma das Unidades deve ser, pelo menos, equivalente àquela do início de 2017. Seriam incompatíveis, obviamente, porque de algum lugar vai ter que tirar dinheiro. Até agora nós, com tudo isto aqui, estamos um pouco com aquela atitude de acreditar que tudo vai dar certo. Quero ver se alguém quer se manifestar, porque é uma decisão crítica, ela muda a maneira de fazer o orçamento. Vejo que todos estão inseguros sobre o que fazer e vou tomar uma iniciativa, vou deixar isto para ser votado como a última proposta, porque assim vocês vão pensando. Eu não vou me manifestar." **Cons. Dante Pinheiro Martinelli**: "Para mim a proposta do Prof. João Cyro é muito clara. No meu entendimento ele está propondo que nós não possamos ter déficit orçamentário, só podemos utilizar as nossas reservas para cobrir e o resto do déficit orçamentário tem que ser eliminado. O Prof. João Cyro foi muito claro, se as receitas crescerem, teremos orçamento na revisão, porque agora não dá para mexer. A proposta é que se altere o orçamento reduzindo as despesas não vinculadas para fazer frente só com as receitas não vinculadas, portanto, temos que cortar o orçamento e aí tem que cortar, ou da Administração Central ou das Unidades, e se as receitas crescerem na revisão orçamentária, teremos sobra e aí na revisão orçamentária pode-se, eventualmente, devolver aquilo que veio a mais das receitas não vinculadas para onde deve ter sido cortado.

Mas hoje, implicaria em um corte, hoje teríamos que cortar porque temos um déficit que teria que ser eliminado. E se a arrecadação crescer, conforme o Prof. João Cyro acenou como uma possibilidade, na revisão orçamentária, podemos ter alguma folga e aí rever o orçamento, repondo algo do que teria sido cortado. Agora, esse é o meu entendimento do que faríamos." **M. Reitor**: "Veja se estou entendendo corretamente qual é a dimensão disto. Neste momento o nosso comprometimento com Pessoal está próximo de 90% - nesses últimos meses. O anualizado está por volta de 97%, mas ele pega os três primeiros meses em que o gasto era bem maior antes do PIDV. É isto Prof. Dottori ou estou com o número errado? Nos três últimos meses, quanto foi?" O **Prof. Dr. Marcelo Dottori** fala fora do microfone. **M. Reitor**: "Mas isso foi uma variação que mais ou menos vai nos manter ali talvez a 92% e é assim que iremos caminhar futuramente, isto é, sobra para gastarmos somente aquilo que recebemos, mais ou menos uns 10%, lembrando que de 2014 até agora já reduzimos 50%, é esse o tamanho do dragão que iremos encontrar. Pensem um pouco." **Cons. Marcos Nogueira Martins**: "Só quero manifestar que em geral concordo com as propostas do Prof. João Cyro porque acho que essa preocupação, esse cuidado que ele tem com o equilíbrio financeiro é muito salutar, mas essa proposta em particular exige um corte de 40% naquele item Outros Custeios e Investimentos, que é onde podemos mexer, ou seja, de perto de R$ 700 milhões cairia para alguma coisa em torno de R$ 400 milhões. Esse corte, no ponto de vista da minha Unidade, seria próximo de fatal, então prefiro empurrá-lo com a barriga o máximo que eu puder fazer, ou seja, se chegar ano que vem e percebemos que a coisa desandou, então tem que cortar mesmo, não vai ter conversa, prefiro reavaliar isso quando chegar a hora, quando a água bater no nariz, infelizmente." **M. Reitor**: "Vou deixar para o final esse tópico especificamente." **Cons.ª Maria Arminda do Nascimento Arruda**: "Gostaria de fazer algumas considerações muito breves. Na verdade uma proposta como esta quando pensamos que a Universidade nos últimos anos por necessidade teve que cortar um conjunto de coisas, um corte como esse, sem saber o que irá acontecer com a futura arrecadação e com outras questões, compromete - e muito - o custeio, se bem entendo, pois sou socióloga mas entendo um pouco de economia. O custeio são todas essas despesas, pagamento de energia, coisas dessa ordem. Vejam bem, já viemos

dessa situação, agora acabei de falar aqui e concordei de uma maneira acertada que a Universidade é uma instituição enorme e muito diversificada, então, ela não pode ser prisioneira de algumas realidades que são particulares de alguns setores, mas que o conjunto não conta com outras formas de investimento, outras formas de receita, outras formas de recursos - todas legítimas, não estou entrando no mérito delas - mas não é o conjunto da Universidade isso. Isso significa, no limite, sem saber o que irá acontecer, inviabilizar o funcionamento de um conjunto de coisas. Gostaria de chamar atenção para isto neste Conselho." **M. Reitor**: "Eu saí um pouco da nossa rigidez e deixei que houvesse um pouco de debate porque acho que muitos foram surpreendidos com a característica da proposta e queremos que as pessoas estejam bem informadas sobre o que irão votar. Iremos ouvir o nosso Controlador Geral que fará uma apreciação técnica e depois continuaremos." **Cons. Fernando Dias Menezes de Almeida:** "Pedi para fazer essa fala e, francamente, não estou fazendo defesa de mérito de proposta, conforme tem sido minha tendência: falar enquanto Controlador. Pedi esclarecimento e confesso que preciso de mais, porque não tenho tanta clareza do que está sendo discutido e, ao mesmo tempo, farei algumas observações do que me parece adequado enquanto Controlador, mas não entendam que estou usando esses minutos para me manifestar pró ou contra propostas específicas, antes que isso, é uma questão conceitual. A questão conceitual que me parece básica em termos de orçamento é que não me parece ser cabível - nem em termos de Lei Orçamentária do Brasil, nem em termos da nossa norma orçamentária - que haja uma previsão de déficit para cobrir receita, porque desta forma estamos nos enganando. Podemos dizer que queremos gastar muito mais em cada uma das unidades e para lastrear estes gastos existe um dinheiro imaginário; e nós ficamos felizes e saímos gastando no começo do ano, sabendo que no meio do ano o dinheiro não vai existir, mas está escrito um número que nos faz acreditar que talvez este número exista. Parece-me que do ponto de vista de planejamento orçamentário, precisamos ser estritamente realistas, ou seja, aprovar o orçamento com previsão de receitas que existem. Estou falando conceitualmente, não no caso concreto da USP, ainda que haja um grau de incerteza nisto, porque o orçamento é tanto estimativa de receita como estimativa de despesa; não é certeza de receita e

nem certeza de despesa, o que precisa haver é uma estimativa minimamente plausível. Entendi - e foi essa a minha fala na sessão anterior - que não havia, propriamente, déficit neste orçamento, pelas tabelas que lemos das Diretrizes Orçamentárias, porque correntemente falamos aqui na USP 'déficit' quando as receitas ordinárias financeiras e não financeiras não são suficientes, mas nós transformamos patrimônio - ou seja, reserva financeira - em receita, e no fim das contas o orçamento se fecha e não há déficit. Então, a palavra 'déficit' pode ser usada, retoricamente, em diversas situações: podemos falar que existe déficit em relação aos repasses do Tesouro, mas não é um déficit universal, é um déficit em relação aos repasses do Tesouro; ou então, pegando um conjunto maior, existe déficit em relação ao repasse do Tesouro mais receita financeira. Não é - de novo - um déficit universal, é um déficit em relação a essas receitas. E pode existir déficit - e aí sim é grave - se incluirmos no universo das receitas não apenas repasses do Tesouro e receitas financeiras, mas também a conversão de reserva financeira - de poupança em receita -, porque podemos pegar o dinheiro que está lá poupado e convertê-lo em receita para pagar a conta. Até hoje é isso que tem sido feito, tanto que a USP está chegando ao final de 2017 sem dever, não está deixando de pagar salários e fornecedores. Tudo isso para dizer que o quadro que li na página 10 das Diretrizes Orçamentárias me fez entender que teríamos receitas provenientes de conversão de reservas, de modo a chegarmos no dia 31 de dezembro de 2018 com saldo financeiro de R$ 24 milhões. É o que está escrito na Tabela do item 2.4 da página 10. E, portanto, na Tabela de receita/despesa, que é a síntese do orçamento, da página 9, temos, do lado esquerdo - da receita - onde consta déficit orçamentário, na verdade temos a indicação da fonte pela qual se vai suprir este déficit. E eu, tentando ser estrito com a linguagem, não chamaria esse 'déficit' de déficit, diria que isso não é receita financeira, não é receita de ICMS, mas é a receita proveniente da conversão de fundos financeiros em receita. Agora, se eu estiver equivocado, estamos falando daquilo que comecei dizendo, que é uma certa ilusão, onde estamos prevendo despesa em cima de uma receita inexistente. E aí diria que é preferível, do ponto de vista da técnica orçamentária, que partamos de uma previsão de despesa mais baixa - mesmo que isso doa – e, com o excesso de arrecadação, que progressivamente suplementemos as despesas e o orçamento. Fiz esta manifestação em linhas

gerais, mas quero que me corrijam se eu estiver errado, sobre alguma premissa da leitura desses quadros. A minha percepção não foi pessimista, foi de que teríamos condição de converter patrimônio em receita, de modo a chegar no fim de 2018 com R$ 24 milhões em caixa, mantendo as despesas como estão. E, portanto, a proposta do Cons. João Cyro talvez não estaria contemplada, essa conta não fecha com as despesas previstas e ele está querendo colocar uma regra mais rigorosa. O que estou dizendo é que se nós incluirmos - o que não é a proposta do Cons. João Cyro - como receita conversão de patrimônio em receita, não seria déficit no orçamento. Porque me preocupou que existe um intermediário entre fazer um orçamento fictício, onde a gente finge que existe um dinheiro, e fazer um orçamento mais rigoroso, que só admite a despesa no limite da receita operacional. Nós podemos admitir um orçamento em que patrimônio é convertido em receita para cobrir despesas, enfim, financeiro naturalmente. Não estou falando da venda de imóveis ou outro tipo de patrimônio, pode ser previsto como patrimônio ou outro tipo de renda, não estou entrando nesta discussão, estamos olhando para este tipo de renda que vem de patrimônio." **M. Reitor:** "Temos que encerrar porque esta foi uma discussão fora das perspectivas, nós não vamos levar esta discussão mais longe. Portanto, Cons. Tanaka, se o senhor tiver algum esclarecimento a pedir, peça e nós vamos encerrar a discussão, porque estou preocupado com a hora e temos que votar esta pauta hoje." **Cons. Oswaldo Yoshimi Tanaka:** "Do ponto de vista básico, o Prof. Fernando levanta algo importante no orçamento, que é o fato de considerar déficit como outra fonte de recurso financeiro. Entendo que, do ponto de vista de acompanhamento, temos dois tipos de esquema: um é o orçamentário, que é autorização para gasto, e o outro é o financeiro, que é o fluxo financeiro. O que vai nos mandar o déficit é o fluxo financeiro. Considerando que o orçamento é uma peça mais política do que técnica, que mantivéssemos a previsão que a COP faz, porque levará à possibilidade de as pessoas sentirem que não estão começando já em uma perda. Tenho certeza de que a COP tem todas as condições de controlar os nossos déficits através do fluxo financeiro e não pelo orçamento." **M. Reitor:** "Sugiro que considerem muito bem, no início do próximo ano, quem vão colocar como Controlador da Universidade, se será a recondução do Professor Fernando Menezes ou será um outro nome que também tenha esta capacidade

de controlar o que vai acontecer aqui no ano que vem." **Cons. Fábio Frezatti:** "Quando olhamos uma peça como essa, olhamos algo que acontece no intervalo de tempo - então aquilo que entra no ano -, vamos olhar receitas e despesas e precisamos de uma interpretação do resultado disto. Vamos chamar de déficit quando o valor dessas despesas for maior do que a receita e 'ponto!' - o tom de voz é para ser bem incisivo e assertivo; é conceito. E podemos especificar e quebrar isso em várias etapas. A segunda coisa é que vivemos assim na nossa casa e, assim como a USP, as empresas. Uma coisa é o que acontece no intervalo de tempo e a outra em um ponto. Um é o estoque - quanto é que temos em casa em garrafas de cerveja ou quilos de carne, por exemplo - e este caixa pode ser disponível o tempo todo, posso ir lá e sacar e pagar os salários ou uma parte não foi recebido em função de transferências da Secretaria, mas é isso que fecha. Então, temos um déficit, portanto, quando olharmos o desempenho – para o desempenho de uma entidade sem fins lucrativos, uma 'Ong' ou uma empresa comercial, o déficit é uma coisa ruim, ou seja, não estou conseguindo atuar em função dos recursos que tenho, e a cobertura fecha. Se eu não tiver estoque eu quebro! Seja uma instituição pública, seja uma instituição privada, com fins lucrativos - pode ser uma creche, uma universidade ou uma multinacional - a realidade é igual." **M. Reitor:** "Vou retomar à proposta do Cons. Paulo Inácio, em que pede que a COP suprima a Assessoria de Planejamento Orçamentário - APO - do texto, porque a APO, de acordo com o que o Conselho Universitário aprovou, prepara, tecnicamente, a proposta de orçamento que é aprovada pela COP, que nos encaminha. Portanto, é apenas uma modificação do texto para tirar a palavra 'APO'. Colocarei em votação. **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 83 (oitenta e três) votos; Não = 4 (quatro) votos; Abstenções = 9 (nove); Total de votantes = 96 (noventa e seis). É aprovado o parecer da COP, favorável à proposta de supressão do termo 'APO' do item 6 das Diretrizes Gerais. **M. Reitor:** "Temos agora a proposta de inclusão de mais um item nas Diretrizes Gerais, estabelecendo a abertura imediata de contratação de servidores técnicos e administrativos e docentes. Isso significa se contrapor aos itens 1 e 2 já aprovados; a proposta é do Cons. Bruno Sperb: 'A imediata abertura de contratações para reposição dos servidores técnicos e administrativos.' O parecer da COP é contrário. Convido o Conselheiro para vir

defender sua proposta, que será, na sequência, colocada em votação." **Cons. Bruno Sperb Rocha:** "Venho mais uma vez denunciar o legado dessa administração da Reitoria, que se conclui com o fechamento de algo da ordem de 3 mil a 3.500 postos de trabalho na Universidade. Nunca antes na história da Universidade uma Reitoria fez nada comparável em termos de precarização e desmonte. A própria administração da Universidade aponta essa política como causa do fechamento do pronto-socorro no Hospital e de tantos outros serviços lá, do fechamento das creches, da terceirização dos vários restaurantes. Diante disso quero enfatizar que todos esses órgãos e o trabalho de todos os funcionários da Universidade de São Paulo faz parte do atendimento das finalidades da Universidade. Nós não aceitamos essa separação entre atividade meio e atividade fim e, mais do que isso, enfatizo que é totalmente indispensável para o ensino, para a pesquisa e para a extensão, o trabalho de cada funcionário dessa Universidade, esteja ele trabalhando onde estiver e na função em que estiver. Não aceitamos essa separação que, na prática, quer tratar uma parte dos trabalhadores como sendo de 'primeira classe' e outra parte como trabalhadores 'de segunda classe, dispensáveis'. E digo mais: já faz anos que o esforço desses trabalhadores, que apesar da política da Reitoria, está mantendo esta Universidade funcionando. Minha proposta é para recompor o quadro de 2014, porque ele já era deficitário. Apenas para dar um exemplo, em 2014 já era de 50% o índice de adoecimento e afastamento por problemas de saúde relacionado à atividade de trabalho de funcionários nos restaurantes desta Universidade. Esse índice não é fabril, ele é medieval. Essa Universidade, já em 2014, já com aquela quantidade de funcionários, sustentava-se através de uma política que é uma máquina de moer gente dentro dos restaurantes. A Reitoria, ao fechar esses restaurantes e substituir a mão de obra por uma terceirizada, piora ainda mais as condições de trabalho dentro da Universidade, faz com que elas sejam ainda mais brutais, seja nos serviços de limpeza, de vigilância, de jardinagem e tantos outros que estão substituindo a mão de obra que está sendo dispensada nas prefeituras dos *campi* e nos serviços de manutenção da Universidade. Isso sem falar dos Hospitais - do HU - e das creches, que tanto já mencionei aqui e que a Reitoria chama de 'penduricalhos'. E diz, nos casos das creches, que está substituindo por auxílio

creche, quando as creches da USP são, em termos dos critérios de produtividade, o maior centro de produção de conhecimento na área infantil do país e da América Latina, ou seja, unidade de ensino, pesquisa e extensão. E estão sendo fechadas. Nas Unidades propriamente de ensino e pesquisa há uma coleção de serviços, laboratórios e seções que estão com horário de atendimento reduzido ou estão diretamente fechando e gerando um prejuízo enorme para os estudantes, professores e para a comunidade que a Universidade atende - que é bem pouco, ela não atende quase nada, apesar dela sustentar a Universidade. Em toda a Universidade, essa política de congelamento de contratação e corte de mais de 3 mil postos de trabalho está significando o desmonte. E não há nenhuma forma de reverter isso que não seja a imediata abertura de contratação para a reposição de todos estes postos de trabalho, que estão sendo cortados com o argumento de que falta dinheiro. E as pessoas vêm dizer que em suas casas administram assim: 'eu gasto o dinheiro que tem', mas nas casas da maior parte das pessoas que vêm aqui falar isso não falta nada. Na casa de quem falta não se gasta o que tem quando isto significa tirar comida do seu filho. Busca-se, de algum jeito, o dinheiro para conseguir pagar. É assim que funciona na casa da maior parte dos trabalhadores dessa Universidade. Só que esse Conselho Universitário e a Reitoria não vão buscar dinheiro público para sustentar a Universidade, quando este está sendo deixado de ser repassado, inclusive pelo que a Lei manda e que seria o cumprimento dos acordos firmados pelo Governo do Estado. Abre mão desse dinheiro, não fala nada sobre isso e trata como se a única forma de resolver o problema fosse seguir desmontando a Universidade." **M. Reitor:** "Passaremos à votação. A COP manifestou-se contrariamente, portanto os que votarem 'sim' aceitam o parecer da COP, contrária a esta modificação." Votação. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 74 (setenta e quatro) votos; Não = 12 (doze) votos; Abstenções = 7 (sete); Total de votantes = 93 (noventa e três). É aprovado o parecer da COP, contrário à proposta de inclusão do item nas Diretrizes Gerais. **M. Reitor:** "O próximo item é uma proposta da Cons.ª Maria Arminda, que propõe prever em qual parte do orçamento será destinada, especificamente, às políticas de inclusão social. Isto é uma inclusão cujo efeito já existe sem ela, porque a proposta orçamentária especifica claramente quais são os recursos destinados às bolsas, para

moradia estudantil, para os restaurantes, portanto isto já é previsto. A COP tem alguma restrição para que seja incluído?" **Cons. Adalberto Américo Fischmann:** "Não, pelo contrário, reiteramos a posição e os Conselheiros poderão consultar o informe de diretrizes gerais, na página 19 e 20, o item 2.3 já aponta que política de apoio e permanência estudantil, com todos esses pontos em destaque." A **Cons.ª Maria Arminda do Nascimento Arruda** fala fora do microfone. **M. Reitor:** "Agora a senhora entra em um ponto muito sensível. Neste momento, os nossos recursos previstos para isto estarão claramente previstos no orçamento. De agora para frente passa a ser responsabilidade desta Universidade como um todo tratar dos recursos adicionais, que de agora em diante serão necessários. Esta é uma política de longo prazo e que não pode se limitar á Universidade. Desta forma, como dizem os advogados *'quod abundat non nocet'*. Passaremos à votação da proposta de inclusão encaminhada pela Conselheira Maria Arminda. O parecer da COP não especifica, mas vamos lá, nada temos contrário, o parecer é favorável e votar 'sim' significa que está se aceitando esta orientação." **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 90 (noventa) votos; Não = 1 (um) voto; Abstenções = 1 (uma); Total de votantes = 92 (noventa e dois). É aprovada proposta encaminhada pela Conselheira Maria Arminda do Nascimento Arruda, de inclusão de um item específico nas diretrizes gerais, que prevê especificar qual parte do orçamento será destinada às políticas de inclusão social. **M. Reitor:** "A próxima proposta é alteração do item 1.1 - Pessoal e Reflexos, nas Diretrizes Específicas. O Cons. Paulo Inácio de Knegt López de Prado propõe o seguinte: 'A dotação para pessoal será atribuída com base nos salários vigentes em setembro de 2017 e nas projeções detalhadas nas memórias de cálculo.' A COP é contrária à inclusão desta especificação e apresenta a seguinte justificativa: 'Memórias de cálculos serão apresentadas na proposta orçamentária.'" **Cons. Adalberto Américo Fischmann:** "Esse item também consta das Diretrizes Orçamentárias, na página 12, item 1.1, sobre Pessoal e reflexos, de forma que as memórias de cálculo serão apresentadas por ocasião do orçamento." **M. Reitor:** "E é isso que ele pede?" **Secretário Geral:** "O Conselheiro quer introduzir isto nas Diretrizes Específicas." **Cons. Paulo Inácio de Knegt López de Prado:** "Vou explicar melhor a proposta e pedir dois esclarecimentos. O espírito da proposta

é declarar, explicitamente, o conjunto de procedimentos que foram realizados para se chegar a um número. Vamos ver números nas Diretrizes e na Proposta Orçamentária e quero saber como se chega a isso. Então, os passos iniciais para se chegar a cada um desses números é o que eu entendo como memória de cálculo. Fiz esta proposta de alteração, porque nas Diretrizes Orçamentárias de 2017 essa memória estava nas Diretrizes. Onde ela estiver, para mim, é menos importante do que o fato de ela estar em algum lugar para podermos discutir as coisas em termos técnicos; só o número, muitas vezes, não é auto evidente, esse é o ponto. De forma que se ela estiver no orçamento, nesse espírito de permitir aos conselheiros avaliar de onde veio cada um daqueles números, para mim está ótimo. Este é o espírito da minha proposta." **M. Reitor:** "A COP está de acordo com isto?" **Cons. Adalberto Américo Fischmann:** "Estamos de acordo e esta foi a discussão tratada no âmbito da COP, de que isto já estava previsto e será apresentado por ocasião da apresentação do orçamento." **Cons. Paulo Inácio de Knegt López de Prado:** "Gostaria de um esclarecimento do Presidente da COP. A Comissão entende a memória de cálculo de que maneira? O que seria memória de cálculo?" **Cons. Adalberto Américo Fischmann:** "A forma como se chegou àquele resultado, passo a passo." **M. Reitor:** "O Conselheiro aponta uma diferença e de fato é verdade, é porque nós quase que discutíamos o orçamento duas vezes no passado. Quando se falava de Diretrizes Orçamentárias se fazia uma discussão sobre números explícitos, especificamente. E a COP, junto com a APO, decidiram que seria muito mais importante discutirmos, neste momento, os princípios - deve aumentar, manter, diminuir, etc. E no Orçamento sim é que devem vir as propostas de números, etc. Então estamos todos de acordo." **Cons. Paulo Inácio de Knegt López de Prado:** "Se essa informação irá constar do Orçamento nestes termos, sem que esteja nas Diretrizes, estou de acordo que deva constar apenas do orçamento mesmo." **M. Reitor:** "Então está retirada a proposta, sabendo que a COP trará, no dia 12.12, estas informações. Há também uma proposta do Professor Oswaldo Tanaka, de acrescentar novo item nas diretrizes gerais: 'Dependendo do comportamento da arrecadação de ICMS e dos ajustes financeiros realizados em 2008, realizar o reajuste anual dos recursos humanos da USP.' O Cons. Oswaldo Tanaka faz uma proposta que implicaria incluir na nossa proposta orçamentária, reserva para fazer

aumento ou reajuste salarial. A COP se manifestou contrária, tendo em vista, tanto os Parâmetros de Sustentabilidade como o fato de que o reajuste salarial é discutido dentro de uma dinâmica que todos conhecem, entre maio e abril, e que implica o CRUESP, as três Universidades públicas paulistas e uma manifestação específica do Conselho Universitário, de tal maneira que, aparentemente, a COP entendeu descabido, no sentido de que não se trata de uma análise negativa do Cons. Oswaldo Tanaka – inclusive, minha esposa subscreve absolutamente a sua proposta, mas não se trata disso -, trata-se que, neste momento, é difícil." **Cons. Oswaldo Yoshimi Tanaka:** "Quero defender a seguinte questão: entendi perfeitamente que Diretrizes Orçamentárias são linhas mestras para elaborar um instrumento, que é o Orçamento propriamente dito. Ela que irá nos comandar o tempo todo. Tomei a mesma lógica do item 2, que é: 'dependendo do comportamento da arrecadação do ICMS ...' Então a proposta dependente de uma perspectiva que será feita pela execução do orçamento. Quero colocar também que entendo que Diretrizes Orçamentárias é muito mais política do que técnica. De forma que acho que vale a pena, nós, no Conselho, sinalizar para toda a comunidade uspiana que, do ponto de vista geral, não estamos esquecendo de que não estamos tendo reajuste e que podemos, politicamente, abrir a mesma brecha que abrimos para a contratação de docentes, também para reajuste salarial. Claro que isso, não necessariamente, propiciará que ao ter na Diretriz, nós teremos de fato, porque se coloca que é um filtro de execução, mas do ponto de vista político do orçamento, acho que é importante para toda a comunidade da USP dizer que este Conselho tem uma preocupação que depende de vários fatores, mas este documento político deveria estar podendo sinalizar para todos que temos o compromisso de tentar, quando for possível, fazer um ajuste salarial." **M. Reitor:** "Conceitualmente também sou favorável a isso. Espero que os novos dirigentes façam reajuste salarial e espero me beneficiar disto. A diferença com o item dois - que o senhor aponta - é que nele dizemos que a execução vai depender, mas temos que fazer uma previsão. Fizemos uma previsão numérica de 150 e precisamos fazer reserva orçamentária para isto. O senhor entende a situação política que isto criaria se, na proposta orçamentária que vier aqui no dia 12 de dezembro, estiver um valor dito 'reserva para reajuste salarial'? Nós teremos que arbitrar um valor e

abrimos, muito precocemente, uma discussão que, a meu ver, não interessa a ninguém - nem aos docentes, nem aos servidores." **Cons. Oswaldo Yoshimi Tanaka:** "O senhor tem toda razão, não quero causar nenhum problema, mas é que li na página 16 - Pessoal e reflexos - que diz: '... o que corresponde a uma redução de 0,11% da relação das despesas previstas nesta alínea na segunda revisão orçamentária de 2017.' Então, estou entendendo que quando fazemos esta definição de redução de uma previsão na segunda revisão, não estamos fazendo uma previsão prévia de 150 vagas. Estou entendendo isto, porque a própria proposta, item 'Pessoal e reflexos' tem uma redução de 0,11%, que é manter o que tem. Desculpe, estou fazendo uma interpretação e estou entendendo, pela pequena experiência, que a peça de Diretrizes Orçamentárias é uma expressão de intencionalidade da direção. E quando, na página 13, vemos aquele resumo com as despesas e R$ 24 mil de saldo, penso que está perfeita, a peça orçamentária será isso, vai bater despesa com receita. Mas com este item da página 16, não cabe uma previsão orçamentária no item 'Pessoal e reflexos', nós faremos isto na medida em que tivermos arrecadação. Acho que o condicionante está muito bem posto e muito bem seguro. Claro que qualquer movimento político nos gerará algum grau de desconforto, é que acho que o desconforto de, neste momento, definir Diretrizes Orçamentárias para 2018 e não sinalizar em nenhum momento que será possível, quando possível, um reajuste, o gasto será maior. É o que entendi neste item em que consta 0,11%, que não terá uma previsão orçamentária para item 'Pessoal e reflexos'." **M. Reitor:** "É a nossa tradição, nunca - no passado - fizemos previsão para o reajuste salarial, sabendo que ele terá que ser decidido no momento, mas o Conselho tem liberdade de fazer isto neste momento. Isto implicaria, obviamente, em antecipar um índice. Colocarei em votação. A COP se manifestou contrária, portanto, aqueles que votarem 'sim', votam pela não aceitação da proposta do Cons. Tanaka." **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 69 (sessenta e nove) votos; Não = 24 (vinte e quatro) votos; Abstenções = 1 (um); Total de votantes = 94 (noventa e quatro). É aprovado o parecer da COP, contrário à proposta. **M. Reitor:** "A Cons.ª Lígia Toneto propõe separar o item 'Outros Custeios e Investimentos' em dois. A COP é contrária à proposta e favorável à manutenção do texto original. O detalhamento das despesas será

feito no orçamento, de forma que a Comissão está dizendo que isto será feito. É tradição que isso seja feito quando se apresenta o Orçamento e não nas Diretrizes Orçamentárias, porque nela não há como fazer. A Conselheira quer se manifestar? Ok. A Conselheira retira a proposta. O Cons. Marcos Magalhães propõe inclusão do texto: 'Pessoal e crescimento devem ter o mesmo crescimento nominal no orçamento de 2018.' Não está clara a proposta: um e outro devem ter o mesmo ou ambos devem ter o mesmo que 2017?" **Cons. Marcos Nascimento Magalhães:** "Dado o nível de complexidade que discutimos, estou surpreso com o fato de que o Reitor não entendeu, porque ficamos por um bom tempo discutindo déficit. A questão que estou me referindo é que o custeio - e já resolvemos a questão de 'outros custeios e investimentos' que estão na mesma alínea - vão crescer, segundo a proposta da COP, 5,44% nominal. Isto consta da página 12, e nesta mesma página está dito que 'Pessoal' cresce 0,11%. E o crescimento se refere a: o que eu tinha em 2017, terei em 2018. Parece simples. Qual é a questão política que estou colocando, bem no espírito do que o Cons. Tanaka colocou? Nós estamos, de alguma maneira - e sei que os montantes são bem diferentes do ponto de vista do que significa pessoal e o que significa custeio, sei que os montantes são bem diferentes, mas estou me referindo a uma questão política. E nesse sentido, apontar para um orçamento que será exercido com dificuldade, que o custeio pode crescer parecido com a inflação ou quiçá, maior do que a inflação, e o pessoal, ao contrário, decresce 0,11%, do meu ponto de vista é um mau sinal para a comunidade universitária, onde o motor da Universidade é o pessoal. Eu até entendo parte da justificativa da COP para chegar nisso, porque vários dos custeios envolvem pagar as terceirizadas, que por sua vez terão os seus reajustes salariais correspondentes nas diversas áreas. A questão que levanto - de novo trazendo para o aspecto político - é que o nosso funcionário e o nosso professor também terão esse aumento de despesa de custeio na sua vida pessoal - na escola dos seus filhos, no eventual plano de saúde que tenha, no eventual seguro do automóvel, e nas eventuais despesas que receberão todo esse aporte. Então, a proposta é simples: vamos sinalizar o mesmo crescimento nominal e, com isso, contrariamente o que diz a COP, não estou quebrando nenhuma regra anterior de Parâmetro de Sustentabilidade ou do que quer que seja, apenas estou

dizendo que tem que ser o mesmo, não estou dizendo que tenha que pegar o pessoal e passar para 5,44% ou - como disse a COP - que tenho que pegar o custeio que está em 5,44% de crescimento nominal e passá-lo a um déficit de 0,11%, não estou dizendo nem uma coisa e nem outra, mas estou dando uma diretriz política de que o pessoal, nessa Universidade, precisa ser valorizado. E é preciso que este Conselho Universitário dê esse sinal. Esta é a questão do meu destaque." **M. Reitor:** "Está em votação. Depois da votação farei um esclarecimento, mas vamos votar primeiro. A COP é contrária à proposta, portanto aqueles que votarem 'sim' votarão pela rejeição do destaque." **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 68 (sessenta e oito) votos; Não = 24 (vinte e quatro) votos; Abstenções = 3 (três); Total de votantes = 95 (noventa e cinco). É aprovado o parecer da COP, contrário ao destaque apresentado. **M. Reitor:** "A explicação que me cabia é a seguinte: nos Parâmetros de Sustentabilidade estabelecemos como limite desejável de gastos com pessoal o comprometimento de 80% dos recursos obtidos da transferência do Tesouro. E como limite máximo aceitável, 85%. Neste momento estamos navegando, felizmente, nos 91%, ainda temos que fazer um esforço, que é o mesmo esforço que todos estão fazendo hoje para todos que se excederam na contratação de recursos humanos: empresas, empresas estatais, órgãos governamentais, sindicatos, todos estão providenciando planos de demissão voluntária. Seguindo, falta a proposta do Cons. Marcos Magalhães, que é: 'preenchimento de todas as vagas ociosas das creches.' A COP sugere o seguinte texto: 'Preencher as vagas existentes nas creches em função do número de servidores disponíveis.' Há uma diferença, porque quando se fala em vagas ociosas, há uma dificuldade de se interpretar o que são vagas ociosas, de forma que a COP diz que devemos preencher as vagas disponíveis, aquelas que sejam possíveis de serem preenchidas com os servidores disponíveis neste momento. É um alerta para o Reitor - 'não deixe vagas ociosas'. O Cons. Marcos Magalhães está de acordo com a redação?" **Cons. Marcos Nascimento Magalhães:** "Não há dúvida de que é melhor do que nada, olhando o ambiente de creche, que há um ano atrás não havia nada falando de creche. Creche foi um assunto que os reitoráveis tiveram oportunidade de se manifestar durante vários debates que realizaram, ou seja, junto com o Hospital Universitário, é uma das coisas extremamente

sensível do nosso cotidiano universitário. Apesar de saudar a manifestação da COP com uma nova redação, mantenho a minha redação, no espírito de que ao colocar as questão das vagas ociosas, abro uma discussão de qual é o peso de uma estrutura que já foi montada e que se desmonta se não é utilizada, que peso tem isso em relação à perspectiva de creche na Universidade. Lembro desta discussão quando aprovamos a Faculdade de Medicina de Bauru, em que um dos grandes argumentos era que 'temos um hospital, ou seja, temos uma infraestrutura, em princípio, montada e que agora precisamos utilizá-la' e, havendo a tal oportunidade, aprovou-se a criação do curso. Registro aqui que o movimento que a COP fez é positivo, mas prefiro a redação que está colocada da forma como fiz, que é a mesma que aprovamos o ano passado, e que possibilitou, de alguma forma, que o movimento de creche conseguisse dialogar com a comunidade universitária, como dialogou durante este último ano. Então, mantenho a proposta e espero que repitamos a votação que teve no ano passado, colocando isso, que obviamente, também vai se balizar pelo número de funcionários disponíveis, mas não só por isso, vai-se também considerar a própria infraestrutura já alocada e existente hoje na Universidade." **M. Reitor:** "Colocarei em votação. Aqueles que votarem 'sim' votarão pela redação proposta pela COP." **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 73 (setenta e três) votos; Não = 22 (vinte e dois) votos; Abstenções = 1 (um); Total de votantes = 96 (noventa e seis). É aprovada a redação proposta pela COP. **M. Reitor:** "Passaremos ao destaque do Cons. João Cyro: 'Despesas não vinculadas não poderão ultrapassar receitas não vinculadas mais as reservas financeiras.' Esta proposta estará em votação e a COP manifestou-se contrária. Votar 'sim' significa aceitar o parecer da COP e rejeitar a proposta do Conselheiro. **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 77 (setenta e sete) votos; Não = 11 (onze) votos; Abstenções = 6 (seis); Total de votantes = 94 (noventa e quatro). É aprovado o parecer da COP, contrário à proposta. **M. Reitor:** "Com isso nós encerramos a votação dos destaques e estamos prontos para a reunião do dia 12 de dezembro, em que se votará o Orçamento para 2018. Muito obrigado." **Secretário Geral:** "A quem possa interessar, lembro que hoje começou a feira do livro da USP, que é uma grande oportunidade, com preços acessíveis." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a reunião,

às 14h10. Do que, para constar, eu, Ignacio Poveda , Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 28 de novembro de 2017.